



OS FRUTOS DA NOVA REPÚBLICA

FEDERAI

“A verdade é sempre revolucionária”. Antonio Gramsci ensinou-nos isto há mais de meio século. E é exatamente daí que queremos partir. Com este jornal — do qual somos os primeiros em reconhecer os limites e debilidades — temos uma única pretensão: contribuir na incessante e infinita tarefa de construir a revolução da verdade e a verdade da revolução.

Construir a verdade revolucionária significa construir também verdades cristalinas. O cristal contém o vinho da verdade porque é exatamente uma síntese do engenho e da arte acumulados pelos homens através dos séculos. Queremos prosseguir neste caminho: a buscar os cristais da revolução. É preciso transformá-los em cálices se quisermos aplacar nossa sede de vinho e de verdade. E é só o homem que transforma o cristal em cálice, a verdade em revolução. Mas não são todos os homens que podem hoje cumprir esta tarefa. Apenas os artífices. E quem são estes artífices, onde estão eles nestes tempos de novas repúblicas?

Onde sempre estiveram em tempos de velhas repúblicas: nas fábricas de todo este país principalmente no ABCD. Estavam lá, por exemplo, em 1980, grevistas e solidários, reunidos nas assembleias da Vila Euclides ou nas ruas enfrentando os cães e os cassetetes do regime militar. Estavam lá agora enfrentando a fúria da Nova República. Uma fúria nova: fria e “bem educada”. Que não admite (por enquanto) soltar os cães, os brucutus e os porretes, mas que utilizando de uma racionalidade muito própria, não hesita em perseguir de forma seletiva e acurada aos operários. Que o digam as listas de desempregados e os indiciados da GM de S.J. dos Campos.

Mas apesar de tudo isto: da violência sem rebuços do antigo regime e da violência rebuscada deste novo, eles ainda estão lá. Os artífices ainda estão lá, a fermentar um futuro de igualdade para este país.

E nós queremos falar à estes artífices, porque, entre as nossas tantas dúvidas, temos uma certeza: só os operários poderão construir o cálice comum do socialismo e distribuir igualmente o vinho e a verdade.

É a estes artífices, que se envolveram no vertiginoso turbilhão da luta movidos por uma aguda intuição de classe, por um sentimento de repulsa à opressão, por um profundo senso de justiça e um ódio quase instintivo aos exploradores, a quem buscamos com este jornal.

Queremos contribuir para que a força transformadora da teoria revolucionária penetre pelas fábricas e fale a eles. Articule sua indignação, a rebeldia latente, as mobilizações dispersas, os horizontes que ainda permaneçam limitados; articule tudo isto com o papel político e histórico fundamental que a classe operária está chamada a cumprir: o de acabar com o capitalismo e construir uma sociedade socialista.

Sociedade que não pode ser esse socialismo de opereta (que se tinge de moreno), — propostos por tantos, que pretende, na verdade, fazer conviver em harmonia os exploradores de hoje com os explorados de sempre.

Tampouco pensamos o socialismo como se fosse estas usurpações que se construíram à base da manipulação sobre as vitórias concretas dos trabalhadores e que hoje florescem principalmente na URSS e na China. Ali, a apaixonada e necessária justiça da classe operária foi utilizada para justificar fria e repressiva ação do burocrata. Os exemplos de despreendimento heróico e sem alarde transformados numa caricatura para gerar a imagem pomposa dos “guias geniais dos povos”. O seu agudo senso prático distorcido para estimular a ausência de crítica e o conformismo com o “socialismo realmente existente”.

Usurpações que ficam ainda mais a nu quando a classe operária e as massas resolvem ir às ruas. Nestes momentos o burocrata volta a representar a pantomima: enquanto, frenético, discursa pelos gabinetes conclamando à defesa do “socialismo” e dos operários, não esquece de enviar os tanques às ruas, para reprimi-los — reproduzindo, sem gran-

deza nem originalidade, a sanguinária rotina da preservação do privilégio.

O socialismo que pensamos e que estamos também empenhados em construir não se confunde com estas operetas cheias de cores, no melhor estilo do populismo, menos ainda com as usurpações burocráticas que acabamos de referir.

Define-se, em primeiro e principal lugar, pelo exercício real e pleno do poder político pela classe operária. Para retomar uma afirmação que tem mais de 100 anos de idade: o socialismo é a ditadura do proletariado, assim como, o capitalismo é a ditadura da burguesia.

Onde podem existir diferenças entre estas duas ditaduras? Num único e “simples detalhe”: a democracia burguesa é, na verdade, uma ditadura da minoria exploradora — uma ditadura desta matilha gananciosa, composta de banqueiros, proprietários de monopólios industriais, territoriais, de televisões, rádios, jornais, iates, madames, paicetes, cavalos de raça e sabe-se lá mais o que sobre a maioria despossuída e expropriada que só tem de seu a própria força de trabalho. A ditadura do proletariado vai no sentido exatamente oposto: é a ditadura desta maioria despossuída e expropriada sobre a matilha dos exploradores, que ainda busca restabelecer os privilégios perdidos com a revolução. Neste sentido, é possível afirmar, então, que esta ditadura proletária fundará, pela primeira vez na história, a mais radical das democracias: a das maiorias.

Eis aí, em palavras resumidas, toda a distância que separa a ditadura do proletariado das ditaduras da burguesia, também apelidadas de democracias. Eis aí também porque a burguesia precisa recorrer a apelidos. Quem não pode dizer quem realmente é nem seu verdadeiro nome só pode esconder-se atrás de máscaras e pseudônimos. Ao proletariado revolucionário no entanto não interessam máscaras nem artimanhas. A sua ditadura de classe confunde-se com um largo passo dado na direção da liberdade e da universalização dos homens, tanto como indivíduos quanto como gênero.

Mas para isso é preciso que a classe operária forje seu partido revolucionário. É urgente amarrar com o sólido nó da organização a combativa unidade dos operários. E amarrar este nó não apenas para os enfrentamentos mais imediatos, onde ainda não está em causa o poder político dos opressores, mas principalmente para colocar em jogo, e em risco, este poder.

Para tanto, é preciso ir mais além: é preciso falar também aos demais explorados da cidade. E falar aos camponeses, que defendem de armas na mão seus poucos metros de terra da truculência e o banditismo dos latifundiários e seus jagunços. E falar aos demais oprimidos: às mulheres, para buscarmos juntos uma concepção revolucionária de feminismo, resgatando a radical negação do patriarcalismo e de toda uma sociedade marcada pela hipocrisia e opressão nas relações entre os sexos, que discrimina e persegue, inclusive, seu prazer sexual; aos índios e aos negros, exaustos das promessas civilizatórias que encobriram o genocídio ou o cinismo sutil do preconceito, sempre vestido com o mito da “democracia racial”; à juventude com sua recusa ao pessimismo e a sua renovada ânsia pela vida, chegando até a defesa da ecologia e à luta pelo desarmamento nuclear porque a selvageria predatória e militarista do capitalismo transformou também a luta pela preservação da natureza e da própria humanidade num dever dos explorados.

Apenas assim poderá ser forjado esse elo que torna invencíveis os oprimidos. Apenas assim a revolta explosiva das massas poderá ser transformada num líquido punhal a buscar com persistência e lucidez o coração das classes dominantes. Contribuir neste sentido é tarefa que também queremos cumprir com este jornal.

Por isto é que recusamos, desde já, a ridícula atitude de quem supõe que sabe tudo. Este é o caminho mais rápido para a simplicidade ou o charlatanismo, ou para ambos, a um só tempo. E como participar do fácil

triumfalismo dos que confundem as lantejoulas grudadas em torno de seus umbigos com os avanços das lutas das massas? Também apreciamos lantejoulas — nos carnavais. A luta política e ideológica não é propriamente o terreno dos paetês. Tampouco nos comove isto que alguns pensam ser o marxismo e professam com a fé das seitas mais ardentes ou mais estúpidas. Nele já está tudo dito, tudo escrito, basta “aplicar”. Isto não é marxismo: deve ser uma Bíblia.

Não supomos que Marx, Engels, Lênin são uma trindade sagrada onde se podem ler todas as verdades do mundo. Por isto mesmo partimos do marxismo-leninismo como ferramenta para investigação e transformação do real. Como um instigante ponto de partida, com carne, sangue, nervos, com vida, enfim, para pensarmos os desafios do presente (e do futuro).

E um dos desafios deste presente chama-se também Nova República.

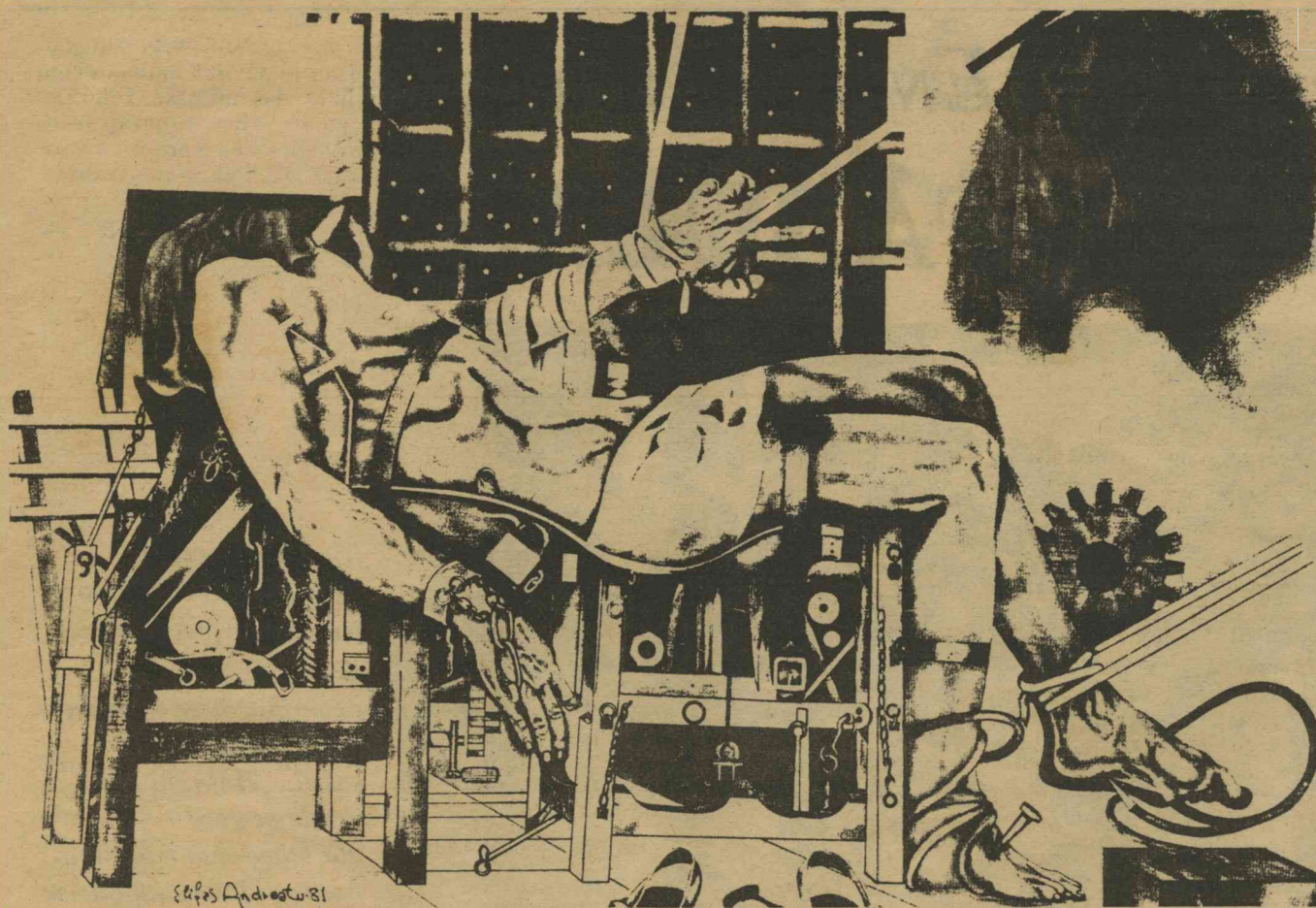
Esta nova república de velhas raposas. De novo nela só a retórica. Os compromissos com os banqueiros, com os proprietários das indústrias, com os latifundiários continuam os mesmos do outro regime. O cordão da política econômica atado ao FMI. O salário real não mudou. A questão do BNH também não. A Reforma Agrária já vimos qual é ela. E a da lei de greve também. Esta última, conseguiu uma façanha: mudou para pior. Os assassinos, torturadores e corruptos, estão “saindo pelo ladrão”, sem trocadilho. Alguém pensa em puni-los, não aos trocadilhos, aos “outros”? E o caso Baumgarten? Qualquer dia ele vem a furo por si mesmo. Newton Cruz está implicado? Octávio Medeiros também? O SNI que tudo sabe, sobre isto, não sabe nada. Nova República, novos silêncios, novas impunidades, novos arrochos etc, etc, etc.

Eis aí o quadro: quem quiser que apoie a tudo isto. A nós só resta reafirmar nossas posições expressas no *Manifesto* em que apresentamos a proposta do jornal. Nenhum apoio, nenhuma transigência, nenhum acordo. Apenas a promessa da oposição mais extrema, da denúncia mais implacável, do combate mais acirrado. E ainda o empenho em buscar uma unidade política dos operários, intelectuais progressistas, ativistas do movimento estudantil e sindical, para construir um verdadeiro bloco que se oponha à política dos novos republicanos. E ao opor-se apareça como alternativa. Busque arrebatá-la iniciativa política às classes dominantes e avançar nas lutas operárias e populares.

Ao mesmo tempo defendemos a necessidade de implantação neste país de um governo dirigido pela classe operária que represente efetivamente os interesses de todos os explorados e oprimidos. Este governo comprometido com medidas urgentes de melhoria das condições dos trabalhadores, com a estatização e o controle operário dos monopólios, com o rompimento dos acordos com o FMI, não pagamento da dívida, com a reforma agrária radical, com a mais ampla liberdade para o povo, deverá dar início às transformações socialistas no Brasil.

O *Amanhã* que estamos nos propondo a começar construir só terá possibilidades de realmente amanhecer se soubermos nos ligar aos melhores filhos dese povo, participar de suas lutas. Aprender nas suas derrotas e estarmos também juntos nas canções que comemoram as vitórias. Este é o caminho que escolhemos e que buscaremos percorrer a partir deste primeiro passo em que se constitui nosso número zero e que continuaremos a partir de agosto, mensalmente.

Iniciamos, pois, a realização das nossas pretensões: contribuir na incessante e infinita tarefa de construir a revolução da verdade e a verdade da revolução. E se para começá-la é preciso partir de Gramsci, para prosseguí-la, de forma criadora, inquieta, crítica, há que lembrar de Hegel: “naquilo que um espírito se satisfaz mede-se a grandeza de sua perda”. Propositadamente escolhemos esta palavra para epílogo deste diálogo inicial, porque a partir de agora elas transformam-se numa imperiosa palavra de ordem. Para nós, como para nossos leitores — esperamos.



SERIA CHOVER NO MOLHADO SE O MOLHADO NÃO FOSSE SANGUE

Estranhas mortes, dadas oficialmente como suicídio, abalaram a metade da década de 70. Manuel Fiel Filho, operário, e Vladimir Herzog, jornalista, sintetizam a violência da repressão política na ditadura militar. A ingenuidade oficial ao narrar as circunstâncias das mortes trouxe à tona a verdade tenuemente acobertada: chuveiro, meia, pescoço, asfixia. Não. Herzog tinha outras razões para viver além destes objetos e jamais fora um revoltado contra o ar, cuja carência deram como causa de sua morte.

Herzog e Fiel Filho foram massacrados no DOI-CODI paulista. Na violência de arrancar "confissões fundamentais" os torturadores "se excederam". E a rede sólida, a rede absoluta de cidadãos-estados pagos para torturar, roubar, traficar e agir impunemente, começava a ser desmascarada. Um torturador, um "rato", um "dedo-duro" valia, na década de 70, soma incalculável pelo poder que possuía junto aos órgãos de repressão do Estado. Eram intocáveis, impunes, ditadores únicos em seus "feudos". Arrombavam, violavam, metralhavam. Produziam singelas tramas, envolviam pessoas, para usufruir e compensar o soldo e poder a eles atribuído pelos generais da ditadura.

Um indivíduo pensante era, para o tentáculo da repressão, um suspeito, e um suspeito era um réu. As explicações, em muitos casos, se "inocente" ou não, viriam mais tarde. E às vezes tardiamente.

Nunca é demais falar dos crimes praticados contra a humanidade. Falar incessantemente até bani-los. Olhar no rosto de um general Medeiros ou Golbery ou Newton Cruz ou Figueiredo ou Médici e Geisel. Olhar as rugas e a prata dos cabelos e os dedos cujas canetas narram e encerram sentenças que nossa vã filosofia tarda por conhecer. Mas se nada do que é humano ao humano é negado, esses crimes virão à tona. Às vezes desce uma balsa de toras num rio amazônico. Às vezes um incêndio voraz do "agente laranja" abre uma clareira no breu da corrupção, um filho de general é indiciado, e surge um Baumgarten em um mar sem pranchas, um morto de largos horizontes na cena da corrupção, da repressão e dos crimes mais indelévels do Estado.

Seria chover no molhado se o molhado não fosse sangue. Naquela noite de 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu no colo de um militar, dentro de um carro, no Riocentro, e se assim não ocorresse a história seria outra. Ela deveria explodir, assim estava arquitetado pelos órgãos da repressão, no palco do Pavilhão de Exposições onde se realizava o Show 1º de Maio, exatamente no centro onde se acumulavam 18 mil pessoas. Provavelmente nomes como Chico Buarque, Elba Ramalho, Paulinho da Viola se apagarão ao baixar o explosivo pano estilizado. E a multidão em pânico se destroçaria a si mesma. Estaria criado o alibi, a razão: um povo que não sabe votar, também não sabe ouvir seus artistas. Vejam o que assim mesmo fizeram no Riocentro!

Simples? Sim, se a bomba não tivesse explodido no carro Puma do capitão Wilson Luiz Chaves Machado. Se ela ganhasse o palco, romperia a paz brasileira, daria fim à paz odiável dos cemitérios pelos generais articulada, paz esta que contra os mesmos generais voltava-se naquela ocasião. Era necessário criar um "caso" nacional, um clima de revolta contra as sombras inimigas dos partidos clandestinos. E um 1º de Maio, no Rio de Janeiro, era o local, o clima e o momento propício. Tudo deu errado, um sargento morreu no local e a explosão mal chegou aos ouvidos da multidão que assistia o show.

O arдил do Riocentro foi, com breves variantes, o toque mágico da repressão. Criar um "caso" para dele retirar o "serviço". Quantos perderam a consciência sob tortura? Quantos brasileiros arderam na brasa dos cigarros da maginália torturadora? Unhas e memórias, sangue e vidas, choques elétricos, roldanas medievais ou câmaras com alta tecnologia e requintes para o sofrimento. Tudo isso se apagou de nossa tão sofrida história? Tudo isso foi anistiado?

Alguém sabe em que "museu" a Nova República expõe para visitas o pau-de-arara, o polê, a "roldana", os instrumentos de choques elétricos, o magneto de telefone de campanha, a "televisão", a "pianola" boilensen, o "microfone" elétrico, a cadeira do dragão, o afoga-

mento, o espancamento, a palmatória, o pênis de boi, a mangueira de plástico, o cassete de borracha, os socos e pontapés, a queimadura, a exposição à luz intensa, a estátua e o amoníaco, a "geladeira", o soro da verdade, a injeção de éter, o torniquete?

Tudo isso se apagou de nossa tão sofrida história? A lista de torturadores, muitos em altos postos da Nova República, alguns adidos militares, outros superintendentes espalhados pela América Latina, dando lições a domicílio a ditadores como Strossner e Pinochet e pagos com o nosso dinheiro, não serão julgados? Aquela mancha de sangue deixada por operários e intelectuais nos cárceres foi esquecida?

Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro e mil outros foragidos e perseguidos optaram por colocar uma pedra em cima dos crimes praticados contra todo um povo? Leonel Brizola, banido por vinte anos, quer o fim das investigações do "Caso Baumgarten"? Homens ditos humanistas, iluminados, cultos querem mesmo esquecer de tudo isso? Despregarem-se do passado ao invés de enfrentá-lo com radicalidade para jamais ter de repeti-lo? Fiel Filho, Herzog... Riocentro, etc., tudo acobertado no milagre de um adjetivo "novo", "nova"?

A rede de violência, de repressão, os arquivos, as guardas de segurança, a carceragem, a enfermagem, as equipes de análise, as equipes de interrogatórios, os instrumentos e métodos de tortura continuam intocados. Porém, devagar, muito devagar ainda as coisas vão aparecendo.

Um primeiro passo foi a identificação do coronel Jacarandá, conhecido torturador do DOI-CODI do Rio de Janeiro, ocupando um posto de comando no Corpo de Bombeiros sob o governo Brizola. Simultaneamente era publicado o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, pelo Comitê Brasileiro da Anistia, seção do Rio Grande do Sul, com o nome de 330 mortos e desaparecidos, vítimas do regime militar.

No bojo do caso Baumgarten apareceu a figura do coronel Ary de Aguiar Frei-

re — um dos coordenadores da Operação Dragão, destinada a assassinar o jornalista — identificado também como um dos responsáveis pela morte de Chael Charles Schreier, em novembro de 1969, e pela morte de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho em 1975, quando ocupava o posto de chefe da 2ª Seção do II Exército, a Seção que controlava o DOI-CODI em São Paulo. Hoje o coronel Ary integra a delegação do Brasil na Organização Internacional do Trabalho, na Suíça.

Também "esfriando" está o célebre coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante da OBAN, época em que dezenas de milhares de opositores ao regime militar foram presos e torturados e mais de 50 assassinados. Hoje, Ustra, é adido militar do Brasil no Uruguai.

Na Bahia, o atual Secretário de Segurança, Antonio Bião Martins Cunha Lima, indicado por Antonio Carlos Magalhães, foi uma das principais figuras da repressão naquele estado no período Médici. E o atual reitor da Fundação de Ensino Superior da Universidade de Pernambuco, Dr. Armando Somico, foi denunciado como um dos envolvidos diretos na tortura e assassinato do Presidente do DCE da Universidade Rural de Pernambuco, Odijas Carvalho de Souza, em 1971. Sabe-se agora também que o Pelotão de Investigação Criminal da Polícia do Exército de Brasília o DOI-CODI do Distrito Federal — que, entre outras tarefas, executou os interrogatórios dos presos na guerrilha do Araguaia, está diretamente envolvido no assassinato do jornalista Mário Eugênio.

A urgência destas denúncias mede-se pela fragilidade com que estamos expostos a essa máquina complexa de delação, tortura e assassinato. Caso contrário, a velha história pode se repetir. Hoje estamos aparentemente tranquilos, o amanhã, se a nós pertence, deve ser feito com a consciência de que não poderemos ser envolvidos na brutalidade da tortura tampouco deixarmos nossas vidas nela. A velha história de prevenir cabe a nós, e prevenir com bravura. Pois se a história se repetir poderá nos ver como vítimas, como personagens principais.

SOBRE MAÇÃS ENVENENADAS... E OUTRAS FÁBULAS...

*Não há a menor dúvida:
o governo da Nova
República já dá frutos.
Todavia, serão doces as
oferendas da Aliança
Democrática? Há quem
pense que sim e as últimas
fábulas deste estranho país
dão conta de verdadeiras
procissões todos fascinados
pelo encanto de suculentas
maçãs como aquelas que a
simpática senhora da capa*



*leva em seu cesto.
Se você também gosta de
frutas, e, especialmente,
de maçãs, convém
examinar bem o produto.
Afinal, nunca se
sabe... Hoje em dia,
vende-se gato
por lebre com a mesma
naturalidade com que se
acalenta venenos por
trás dos caramelos
(ou das maçãs).*

Em menos de um mês — dos primeiros dias de junho até o início de julho — a Nova República levou à feira os principais frutos que conseguiu produzir até agora. Sua barraca foi armada no centro do mercado político do país e, seus frutos, como não poderia deixar de ser imediatamente atraíram a atenção de todos. Não tanto pela quantidade, reduziam-se a somente quatro vistosas maçãs, mas pela qualidade do que poderiam conter. E o conteúdo prometia: sua abrangência ia desde as questões sindicais e trabalhistas até as da terra, sem esquecer a política econômica, as relações com o FMI e este setor denominado “político-institucional”. Desde este ângulo, ninguém podia queixar-se: na barraca governamental estavam expostos os temas mais candentes, e, talvez, os mais ardentes da nossa atual conjuntura, como diria Stanislaw Ponte Preta. Desde este ângulo também, depois da paralisia provocada pelo luto por Tancredo, a Nova República parecia mover-se na direção das mudanças. O “muda Brasil” realmente vinha para mudar deixava de ser só um lema para tempos eleitorais. E apenas os mais céticos, com vocação a São Tomé, é que se atreviam a formular a frase acima com ponto de interrogação: “O muda Brasil, vinha para mudar?”.

Para responder a isto já não se encontra outro jeito: há que entrar pela feira, examinar de perto os frutos buscando perceber o que existe por dentro da casca polida, na polpa que não se enxerga. Para tanto, sigamos a ordem cronológica, isto é, a ordem com que foram chegando à praça.

O PRIMEIRO FRUTO

O primeiro foi o anteprojeto da nova lei de greve. Elaborado pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, o anteprojeto pretendia significar um avanço na atual legislação sindical, reconhecidamente arcaica.

Será que conseguiu?

As respostas que surgiram, imediatamente, no meio dos trabalhadores e líderes sindicais dizem claramente que não. “E onde se poderia encontrar al-

gum avanço em uma lei que não mexe nos tais ‘serviços essenciais’, inclusive, ampliando-os para os trabalhadores que produzem e distribuem álcool?”, argumentam. Além disto, a questão da “legalidade” ou “ilegalidade” das greves tampouco desapareceu: apenas mudou de nome, agora se chamam “procedentes” ou “improcedentes”. Da mesma forma, o anteprojeto delega ao empregador a condição de juiz para decidir a contratação das equipes de trabalhadores para atender, durante o período de greve, as necessidades consideradas fundamentais para a manutenção da empresa. A lei atual deixa isto a cargo da Justiça do Trabalho. Assim como a lei anterior também assegura aos grevistas o pagamento dos salários durante o período da duração da greve, enquanto que o anteprojeto deixa a porta aberta para que os trabalhadores terminem perdendo os dias de salário correspondentes à paralisação.

Neste mesmo sentido vão também outras disposições do projeto de Pazzianotto. Por exemplo, a autorização aos empresários de contratação no período da greve, de substitutos aos grevistas e também de pessoal de segurança. A garantia de que depois estes substitutos serão substituídos ninguém dá, menos ainda o anteprojeto. Da mesma forma seria de perguntar em que atividades se ocuparia o pessoal de segurança contratado durante o período de greve? É improvável que seja na produção, e, muito mais provável, como já denunciavam os líderes sindicais, que suas ocupações se limitem à pura e simples repressão tanto na vida fabril como nos piquetes.

Em razão disto é que as críticas surgidas não ficaram restritas. Extravasarão-se, atingindo, até mesmo, aqueles líderes corriqueiramente considerados moderados ou pelegos. Arnaldo Gonçalves, por exemplo, membro da Executiva nacional do CONCLAT, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, e também ligado ao PCB, diz que a “atual lei (refere-se ao projeto do Ministro do Trabalho) chega a ser pior do que a anterior”.

Se Gonçalves tem razão, Pazzianotto conseguiu uma verdadeira proeza: fazer a Nova República dar alguns passos atrás, inclusive, daqueles que o próprio regime militar já fora obrigado a andar. Será isto um exagero? Talvez sim, talvez não. Contudo, o que parece certo é que a fama de liberal que rodeia Pazzianotto não tem comovido aos trabalhadores. Suas afirmações, respondendo às críticas, sobre a manutenção da proibição de greve nos setores considerados essenciais, de que não poderia fugir à atual Constituição e que apenas a Constituinte é que poderá definir uma nova Lei de Greve, não sensibilizaram a ninguém.

A não ser, talvez, a outros liberais, da mesma estirpe que parecem ter o hábito de redigir leis para os operários de olho no que podem pensar os patrões. É assim que, com todo o fervor liberal de que são capazes, ajuntam tropas para lutar na trincheira do anteprojeto do Ministro do Trabalho contra o substitutivo da Confederação Nacional das Indústrias. Que o substitutivo da CNI é uma síntese do que há de mais reacionário entre a burguesia não há a menor dúvida. Basta ver que este pessoal anda aos gritos contra o projeto de Pazzianotto porque, segundo eles, a substituição dos termos “ilegalidade” e “legalidade” das greves pelos conceitos de “procedente” e “improcedente” “é simplesmente inadmissível”.

Isto significaria que, então, os trabalhadores devem acorrer à trincheira de Pazzianotto para repudiar a “fascitologia” da CNI? Porém, eles não parecem muito animados. Ao contrário. O combate aos reacionários mais reacionários não parece tentá-los a que concedam uma trégua aos liberais. “Estão pondo uma capa sob uma política de continuidade. Não é possível concordar”. São afirmações do secretário geral da CUT, Paulo Renato Paim, ao comentar o projeto de Pazzianotto: elas poderiam ser tomadas como uma espécie de termômetro do ânimo dos trabalhadores? Até o momento, tudo indica que sim.

O SEGUNDO FRUTO

O encarregado de levar esta maçã ao

mercado foi o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Ele o fez em grande estilo. Chegou ao plenário da Câmara Federal trazendo debaixo do braço um documento com 23 páginas onde estava diagnosticado, segundo ele, o mal dos males da economia brasileira: o déficit público. Ao mesmo tempo, o Ministro diagnosticava o remédio: aumento de impostos, corte nos gastos, aumento da dívida pública e emissão de moeda.

O debate econômico iniciou-se ali mesmo na Câmara, prolongou-se por mais de três horas e mais tarde alastrou-se para os jornais e revistas. Vários foram os economistas, políticos, empresários, lideranças sindicais que se manifestaram. Desde aqueles que questionam os próprios critérios escolhidos por Dornelles para chegar à cifra de 84,9 trilhões de cruzeiros de déficit público até aqueles que apontaram diretamente os paradoxos da proposta do ministro. É o caso do empresário Paulo Guilherme Aguiar Cunha, presidente do grupo Ultra: “independente da cifra de 84,9 trilhões apresentada por Dornelles para o ‘déficit público’ e do critério utilizado por ele para levantar este número, a maioria absoluta deste total decorre de monumentais parcelas de juros internos e externos e contraditoriamente o ministro da Fazenda não apresentou, até o momento, nenhuma política de redução das taxas de juros, o que parece um contra-senso”.

Em termos simples, a proposta de Dornelles resume-se a incentivar uma política de elvação permanente do rendimento financeiro, isto é, dos bancos, em detrimento das indústrias. A consequência disto é que os empresários, ao invés de reinvestirem seus lucros para aumentar a capacidade produtiva de suas empresas, desviam para o mercado financeiro, onde conseguem juros de 20% ao ano e liquidez absoluta, coisa que jamais conseguiriam se optassem pela produção da empresa.

A distorção que isto acarreta pode ser medida pelo fato de que um grande empresário como Cláudio Bardella, produ-

tor de bens de produção, afirma que está com seus planos de investimento totalmente paralisados. E diz não falar apenas por ele, mas por todos os empresários do setor. Paulo Cunha, por sua vez, admite que "o empresário que está bem hoje, tem a nítida sensação de que está praticando o suicídio coletivo por investir no mercado financeiro e não na capacidade produtiva de sua empresa".

Neste quadro, o deputado do PDS/RS, Pratiní de Moraes, ao interpelar o ministro no plenário da Câmara parece não ter visto outro caminho senão o da ironia: "este programa, sr. ministro, poderia ter sido avalizado pelo professor americano, Milton Friedmann, papa da escola monetarista".

Outros, contudo, lamentaram exatamente a falta de ironia do ministro: "ele representou um legítimo exemplar da velha linhagem delfiniana, porém empobrecida, porque lhe faltou o toque irônico que sempre caracterizou o ex-ministro do Planejamento".

Mas talvez não seja preciso chegar até Delfim ou Friedmann. Podemos ficar mais perto, recolhendo, as unanimidades que o programa de Dornelles suscitou. Num mesmo bloco de aplausos, juntaram-se o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, (FIESP), Luiz Eulálio Bueno Vidigal, o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, (Febraban), Roberto Konder Bornhausen e Laerte Setúbal, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros. Vale aqui o provérbio: diz-me quem te aplaude e te direi quem és?

Enquanto os mais ilustres representantes das classes dominantes, ligados tanto aos interesses do capital financeiro como defendendo seus próprios interesses de proprietários de indústrias brigavam entre si, os representantes dos operários e trabalhadores mantinham a mesma postura assumida no caso de Pazzianotto. Não alinhavam-se com Bardella a fim de criticar Dornelles e, tampouco, poupavam o projeto do ministro. "O corte dos subsídios do trigo vai transformar o pão num verdadeiro artigo de luxo", afirmavam. Não deixavam de assinalar, entretanto, que as críticas originadas nos arraiais de Bardella, eram somente "rusgas" de quem se sentia desfavorecido na partição do bolo. "Não tocam o nó da questão", concluíam.

Sintomaticamente, no mesmo dia em que pronunciou-se na Câmara Federal, Dornelles embarcou para os Estados Unidos a fim de conversar com o FMI. Ia em busca de novos acordos. Para facilitar os trâmites, levava na bagagem algumas exigências do fundo que já foram realizadas. Por exemplo, os cortes nos investimentos da Petrobrás que atingiram a casa dos 3,8 trilhões de cruzeiros, contra os 1,6 trilhões considerados o limite máximo suportável pela empresa. Estes cortes significam que as áreas de exploração e prospecção da Petrobrás serão atingidas. Áreas que, apesar de tudo, até então, tinham conseguido se manter a salvo. Além disto outros 21 projetos de empresas produtivas do setor estatal também serão obstaculizados. O secretário de Controle das Empresas Estatais, Henri Phillippe Reichstul não esconde que tudo isto está sendo realizado por exigência do FMI.

Neste contexto é que ganham maior sentido as declarações do deputado federal, PT/RJ, José Eudes, ao confessar-se perplexo com as propostas de Dornelles: "existe uma nítida continuidade com a linha da política econômica anterior", afirmou.

O TERCEIRO FRUTO.

Este é, sem dúvida, o mais tumultuado dos frutos produzidos até agora pela

Nova República. Este verdadeiro pomo da discórdia — conhecido também como Reforma Agrária — foi lançado a público pelo ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, no plenário da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nem bem o ministro terminava de falar, erguia-se, em todos os cantos do país, a gritaria dos proprietários. Esta orquestra latifundiária alternava ameaças e imprecações contra os "comunistas do governo" com gestos bem mais concretos. Fundava associações de defesa de suas propriedades, organizava "vaquinhas" para a compra conjunta de armas e, ato contínuo, tratava de armar, até os dentes, jagunços e familiares. A ordem era, primeiro atirar, depois fazer as perguntas.

Afinal, que bicho de sete cabeças é este Plano Nacional de Reforma Agrária que causa tanta celeuma? Depois de assentada a poeira ei-lo que nos aparece: nada mais nada menos do que o velho Estatuto da Terra, concebido no governo de Castelo Branco. A sua intenção e finalidade não pode ser mais clara e foi exaustivamente repetida por homens de dentro e de fora do governo, buscando acalmar o ânimo belicoso dos proprietários de terras: "visa simplesmente a modernização agrária no sentido clássico do desenvolvimento capitalista". Tudo inútil: as armas não deixavam de ser compradas, menos ainda cessavam as ameaças e as arrematadas dos jagunços.

O alvoroço só amainou um pouco depois que Sarney apareceu para dizer que "conflito agrário nada tem a ver com invasão de terras". "Conflito", segundo ele, são os casos onde há dúvida sobre a propriedade da terra. Já, "invasão", é coisa que será tratada pelo Código Penal — como crime.

Estas declarações mataram três coelhos de uma só cajadada: transformaram em casos de polícia a maioria dos litígios fundiários do país, acalmaram os fazendeiros e definiram, com muita exatidão, os estreitos limites da Reforma Agrária da Nova República. Vê-se agora que a propaganda do governo, como o estardalhaço dos proprietários, foram descabidos para o tamanho do plano.

O raquitismo do PNRA não se revela apenas ao ser comparado à propaganda governamental ou à grita dos latifundiários, mas, principalmente, às reais dimensões da questão agrária no país. Apenas para se ter uma idéia, existem 10 milhões de pessoas, homens, mulheres, crianças, errando pelo país, onde 170 milhões de hectares ficam sem uso. O censo do ano passado revelou que mais da metade das propriedades rurais no país têm área inferior a 10 hectares. Somadas, elas envolvem uma superfície de um pouco mais de 5,5 milhões de hectares, representando apenas 2,4% das terras. Por outro lado, 63% da área, cerca de 380 milhões de hectares estão nas mãos de uma parcela de 1% que possuem estabelecimentos com mais de 1.000 hectares.

E como se não bastasse, os dados também registram que as grandes propriedades vêm crescendo e que este crescimento não se traduz num proporcional aumento da produção. Em pouco mais de 15 anos os imóveis rurais com mais de 1.000 hectares passaram a ocupar, em 1984, 63% da superfície total dos imóveis rurais contra os 46,9% de 1967. Por outro lado, as propriedades com menos de 100 hectares tiveram sua participação reduzida de 18,7% em 1967, para 14% em 1984. A produção agrícola, no entanto, não consegue ultrapassar 50 milhões de toneladas de grãos há vários anos.

A explicação para isto é muito sim-

ples: na década de 70 a terra passou a ter seu valor estabelecido pelos mesmos critérios que regem o mercado de títulos financeiros. Estava aberta a porta para uma espécie de paraíso dos especuladores. O preço da terra subia a uma média de 20% ao ano enquanto o crescimento real na agricultura era de 5% ao mês. Neste caso, para que produzir? Bastava deixar a terra, nua e parada, que rendia muito mais.

No longo capítulo das mortes que acompanham, de forma quase natural, este perfil da propriedade, cabe apenas assinalar que, ao inverso da produção de grãos, elas crescem de ano para ano. Em 1984 foram 166 mortes contra 106 em 1980 e contra 91 no ano seguinte. Dos 197 mortos registrados entre 1980 e 1981, 134 eram trabalhadores rurais contra dois capatazes, 12 jagunços, 26 pistoleiros, um grileiro e dois fazendeiros.

Diante de tudo isto, pode-se perceber com facilidade a profundidade das reformas que a estrutura de propriedade rural necessita. ao mesmo tempo, contra este pano de fundo, avulta ainda mais a timidez quase ridícula dos planos do governo. Aos 10 milhões de despossuídos Sarney pretende distribuir 130 milhões de hectares ociosos, à média de 1,5 milhão de famílias por ano. No entanto, apenas 100.000 famílias estão na pauta de distribuição deste ano e do próximo.

Nesta questão da terra não é necessário sequer perguntar se existe alguma linha de continuidade entre o regime militar e a Nova República. Ela está bem clara, tanto pelo seu documento-base, o Estatuto da Terra, como pela forma de ser posta em prática o plano da reforma agrária: tratando com luvas de pelica aos grandes proprietários e como casos de polícia aos camponeses.

O ÚLTIMO FRUTO

Conduzido pela própria mão de Sarney, este fruto chega ao mercado cercado de grandes expectativas e esperanças ainda maiores. Será a Assembléia Nacional Constituinte a varinha mágica que resolverá todos os problemas político-institucionais? E, não apenas estes, mas também os econômicos e sociais? A amplitude dos temas que a Constituinte se propõe a abordar parece dizer que sim.

Como vimos, Pazzianotto, o ministro do Trabalho, espera que saia dela uma nova lei de greve. Da mesma forma, a Igreja quer que a Constituinte legisle sobre várias questões, entre elas, a Reforma Agrária e a distribuição da renda. E, neste mesmo sentido parecem estar pensando diversos outros setores.

Entretanto, junto com este otimismo também vemos se acumularem algumas nuvens no horizonte. A primeira delas foi a nomeação da "comissão de notáveis", chefiada pelo sr. Afonso Arinos, com a tarefa de elaborar um anteprojeto de carta constitucional. Se é verdade que ninguém pretende ter um anteprojeto de constituição elaborado por Juruna e Agnaldo Timóteo, como alguém já propôs, não é menos verdadeiro que a folha de serviços do sr. Arinos é, no mínimo, preocupante. O anteprojeto que saísse destas mãos não correria o risco de imediatamente viciar o debate conduzindo-o para os caminhos trilhados por Afonso Arinos, desde alianças com Lacerda até as conspirações que o golpe de 64? Por mais democrática que fosse a convocação da Constituinte e por mais representados que estivessem os operários e demais trabalhadores, teriam eles possibilidades de desentortar este "pepino" que já parece nascer tão torto? Aliás, se o trabalho de uma comissão se revesta de tanta

"inocência" e neutralidade, porque foi escolhida esta e não outra?

Além disto, o que dizer dos rumores — cujos desmentidos só parecem confirmar a veracidade — de que os empresários estão formando uma "caixinha" para eleger majoritariamente seus candidatos à assembléia? As preocupações que começam a se evidenciar com o poder econômico nas eleições constituintes já não são também um indicativo de que os rumores parecem ser muito mais concretos do que se supõe, assim como as articulações parecem já estar muito mais adiantadas do que sonha a nossa vã filosofia?

Além disto, sabemos todos, uma Assembléia Constituinte reúne-se para sancionar no plano jurídico uma determinada ordem política e econômica. Portanto, será inútil a pergunta: qual a ordem que viria a ser sancionada nesta Assembléia Constituinte e de que forma?

Mesmo sem levar o debate mais longe a conclusão é inapelável: a Constituinte sanciona sempre a dominação de classe da burguesia. A diferença da nossa é que, além de tudo, ela sancionará uma dominação de classe realizada através de uma transição conservadora. Quem tiver dúvidas que recorde as vociferações latifundiárias.

Porém, mesmo tomando apenas parcialmente o problema algumas respostas já nos parecem possíveis. Por exemplo, na área sindical e trabalhista, quais as propostas que vingariam nesta constituinte? As do sr. Pazzianotto, que são caracterizadas pelos trabalhadores como um continuismo do antigo regime ou aquelas outras que buscam acabar com todas as restrições ao direito de greve e desatrelar os sindicatos do Estado?

E na área da política econômica, propriamente dita, quais as definições que seriam adotadas pelo plenário? Aquelas do sr. Dornelles, este seguidor empobrecido do sr. Delfim Netto, ou outras que apontassem, por exemplo, para a ruptura dos acordos com o FMI, para a adoção de uma efetiva política de elevação dos salários reais, e de combate ao desemprego?

Cheguemos agora à Reforma Agrária. Quais propostas venceriam? As da Igreja que busca uma Reforma Agrária que atinja, inclusive, os latifúndios produtivos, aquelas que querem ir mais longe socializando a propriedade; ou as da Nova República?

E no plano político-institucional, a Constituinte se mostraria disposta a varrer definitivamente o que se convencionou chamar de entulho autoritário, sepultando nesta avalanche a Lei de Segurança Nacional, o SNI, as restrições da legislação partidária e tudo o mais que a Nova República trouxe de herança do regime militar, ou simplesmente assistiríamos a alguns retoques no "entulho" a fim de melhorar sua fechora e manter intacto o seu miolo? Toda a prática até agora levada a efeito pelo governo não encoraja suposições no sentido da segunda hipótese. Aliás, assinale-se de passagem, que a remoção deste "entulho" não é condição pós-Constituinte e sim condição para a sua própria convocação.

Estas são as perguntas que vão ficando no momento mesmo em que a Nova República anuncia seu quarto fruto. A elas juntamos nossa indagação inicial: o "muda Brasil" veio para mudar?, vale dizer, a Nova República é nova? E suas maçãs, o que são? A resposta cabe ao leitor.

E a depender dela só restam dois caminhos: ou se repete a fábula caindo em sono profundo ou, então, se recusa os frutos que a simpática senhora da capa vai carregando em seu cesto, e se começa a dar passos na direção bem oposta...

DEBATE

CONSTITUINTE

A Política Deles e a Nossa

Marcos Rolim

As classes dominantes costumam convocar Assembléias do tipo "Constituinte" em duas circunstâncias básicas: quando se trata de barrar o avanço do movimento de massas impedindo a concretização de uma saída revolucionária ou quando se trata de recompor a super-estrutura jurídico-política conformando-a às necessidades de um novo modelo de exploração e opressão.

No caso do Brasil e na atual conjuntura, fica claro que a iniciativa do governo em prol de uma "Constituinte" surge como expressão típica da segunda alternativa. Não há um movimento revolucionário com base de massas, nem, muito menos, a necessidade política de acenar com uma concessão democrática capaz de "desviar" a classe operária do socialismo. Antes disto, o que existe é a necessidade política de adaptar a Constituição em vigor tendo em vista as novas regras do "jogo" e, no interior deste movimento, legitimar o regime anti-popular e anti-operário fruto da "transição". Tal é o sentido da proposta de "congresso com poderes constituintes".

Esta conjuntura nos coloca, assim, a necessidade de contraposição política à estratégia da Nova República não a partir da negação doutrinária da Assembléia Nacional Constituinte enquanto instituição essencialmente burguesa (o que toda constituinte realmente é), mas a partir da afirmação de um conjunto de propostas concretas capazes de polarizar o próprio movimento pela constituinte com uma proposta de sentido anticonciliação e de luta contra o conservadorismo que marca toda a proposta de constituinte sustentada pelo governo da A.D. Apenas esta abordagem poderá impedir — ou, pelo menos, dificultar — que a Constituinte acabe garantindo uma considerável estabilidade política à Nova República.

É certo que uma abordagem revolucionária nesta questão específica não poderá deixar de apontar as limitações de qualquer constituinte, nem de afirmar claramente que a garantia dos direitos dos operários e demais trabalhadores não será oferecida jamais por uma constituinte em si mesma — por mais democrática que seja, mas sim pela luta e organização independente dos setores explorados e oprimidos e pela conquista do poder político; isto é elementar. Todavia, o que se coloca como *fundamento* de uma intervenção política de vanguarda só se encontrará bem mais além das obviedades que, se ainda possuem a força de comover os simplórios, não costumam transformar a realidade.

Uma política revolucionária para a intervenção no movimento pela constituinte deve, primeiramente, resolver-se pela defesa de uma constituinte. Ou isto, ou o boicote à constituinte — o que não se coloca nesta conjuntura. Não há meio termo ou alquimia capaz de contornar esta exigência. Não se pode participar do movimento pela constituinte sendo contra a convoca-

ção da constituinte. Resolvida esta questão banal — que ainda parece atormentar segmentos da esquerda — trata-se de denunciar amplamente a constituinte proposta pelo governo da AD propondo uma constituinte de todo o povo, com ampla liberdade e participação popular; sem LSN, CSN, SNI, com direito de voto e elegibilidade aos marinheiros e soldados, direito de elegibilidade aos analfabetos, possibilidade de lançamento de candidaturas "avulsas" — sem vinculação com as siglas partidárias, eleição constituinte específica e concomitante às diretas para presidência, reunião da Assembléia Constituinte em São Paulo, consulta plebiscitária antes da promulgação da nova constituição, etc... disputando efetivamente a direção do movimento em torno de propostas como estas, formando comitês populares, chamando atos de rua, debates, etc...

Daqui até a reunião da constituinte tal disputa só terá sua importância aumentada vindo a exigir das forças de esquerda uma intervenção que renegue tanto o doutrinário quanto o economicismo, expressões diversas e complementares de um mesmo e antigo desvio.

constituente

Combater Bem na Trincheira Adversária

Ozeas Duarte

Só pode ser tomada como revolucionária uma tática que tenha como núcleo a desestabilização da transição burguesa em andamento. Não basta opor-se ao governo Sarney. Isto qualquer reformista faz. Através da mediação do combate ao governo, suas medidas e políticas, precisa expressar-se o combate ao Estado burguês, agora formalmente transfigurado em "Nova República".

A tática em relação à Constituinte deve servir a este objetivo, sem o que se estabelecerá uma contradição insanável, opondo intenção revolucionária e prática reformista. Ou não é a Constituinte, historicamente, uma instituição clássica do Estado burguês e, no atual processo político, a via de *coagulação* institucional da "Nova República"? De nada adiantaria fixar-lhe à la-

pela qualquer adorno expressões como "livre", "soberana", "de todo o povo" etc. Será aquele o seu caráter ou não será Constituinte.

Enquanto existia a ditadura militar, as coisas se colocavam nos termos seguintes: o governo era contra a Constituinte porque desejava preservar o regime; a oposição burguesa e os reformistas se colocavam a favor porque pretendiam descartar a ordem instaurada em 64 e estabelecer uma democracia burguesa (mais precisamente, uma democracia dos monopólios); os revolucionários comunistas manifestavam-se contra porque tinham como objetivo derrubar revolucionariamente a ditadura, destruindo o Estado burguês, e instaurar uma democracia operária e popular. Este último objetivo implicava na criação de um novo tipo de Estado, que negaria liberdade à burguesia, sendo, portanto, incompatível com a Constituinte.

Vitoriosa, a oposição burguesa detém o controle do Estado, tornou-se situação. Sustenta a iniciativa política, unindo em torno de si o conjunto do capital, de tal modo que não se identifica na burguesia uma só voz contrária à Constituinte. Uma profunda mudança se operou. Antes bandeira de luta de liberais e reformistas, a Constituinte tornou-se, assim, um fato. Os acontecimentos deixaram para trás a disputa entre dois projetos — o liberal burguês e o revolucionário — opostos ao regime militar. A questão que se coloca para os revolucionários, desde então, é bem outra: é a questão de como dar combate ao projeto da antiga oposição burguesa, agora materializado num outro regime político, a "Nova República".

Dessa nova realidade se deduzem duas conclusões relativas à Constituinte: 1 — sendo um fato, já não se trata mais de impedir que ela se realize, através concretização do projeto revolucionário. No desfecho da crise do regime militar, este projeto foi derrotado. Trata-se de continuar lutando por tal projeto considerando a nova situação, inclusive por dentro e intervindo na Constituinte. O contrário seria cair no abstencionismo de tipo anarquista e no infantilismo doutrinário; 2 — sendo a Constituinte parte integrante do Estado burguês e elo fundamental da transição, a intervenção nela não deve se confundir jamais com o apoio a tal instituição. Nas condições do Brasil, é impossível uma política que apoie a Constituinte e seja revolucionária. Se isto era verdadeiro na época do regime militar, o é tanto mais agora, quando a defesa da Constituinte não se choca com nenhuma fração da burguesia nem com o regime vigente.

Para concluir, destaco três aspectos inseparáveis da intervenção revolucionária em relação à Constituinte: 1 — mobilização imediata de massas por conquistas de fato e exigência de que a Constituinte as sancione; 2 — luta para que as eleições e o funcionamento da Constituinte se dêem com amplas liberdades políticas, centralizadas em bandeiras como o desmantelamento do aparato repressivo, fim da LSN, mandato especificamente constituinte, desativação da "comissão dos notáveis" etc.; 3 — denúncia do caráter burguês da Constituinte e do seu significado como elo decisivo da transição, desmistificando conceitos como "livre e soberana" etc. e dissolvendo as ilusões constitucionais de que as massas estão literalmente encharcadas.

Contag. e os camponeses?

O cenário era ideal: ambiente vasto, bem no planalto, barbas do poder. Os delegados, grande parte dos quais pelegos dos muitos sindicatos de carimbo ou burocratas das federações, estavam ali para garantir o resultado. Votando ou trazendo seus "votos de cabresto". As normas regimentais preveniam contra qualquer imprevisto. Inclusive ao anularem a soberania da Plenária, instituindo uma "comissão" de redação" com poderes absolutos.

O IV Congresso da CONTAG foi armado para chegar a objetivos políticos desde antes fixados. Entre eles especificamente "a consolidação do processo de democratização do país", expresso no apoio ao governo Sarney.

O simples fato de, com a presença de mais de 4 mil delegados e duração de 5 dias, terem, sido reservadas 16 horas só para manifestações das autoridades por si só já diz tudo. Os atores ocuparam o cenário devidamente montado para sua exibição, tornando o Congresso uma caixa de ressonância para o lançamento do projeto de "refor-



Ruth Toledo

ma agrária" do governo.

Ao lado de algumas decisões isoladas que atendem às reivindicações dos camponeses, o Congresso baseou sua posição sobre a questão agrária no Estatuto da Terra. Esta posição foi sustentada pela idéia de que o Estatuto ainda não foi aplicado e serve aos trabalhadores. Portanto, nada mais justo do que exigir que o procedimento do governo seja modi-

ficado, conservados os quadros da legislação vigente.

Tanto no grupo sobre

"problemas nacionais" como na Plenária a proposta de não pagamento da dívida externa obteve maioria de votos. Mas nem isso alterou os planos previamente estabelecidos. A mesa simplesmente passou por cima da Plenária e proclamou outro resultado. Aquele que lhe convinha, a proposta de suspensão do pagamento da dívida.

Por ocasião do seu III Congresso, a CONTAG formara posição favorável à adoção da Convenção 87 da OIT, que assegura a liberdade e autonomia sindical. Desta vez, houve uma decisão explícita contrária à Convenção, marcando um retrocesso na vida da CONTAG. Para garantir tal resultado, a mesa diretora dos trabalhos proi-

biu, até mesmo, que alguns delegados estrangeiros convidados dessem seu depoimento sobre a realidade de seus países, onde a Convenção foi adotada. Cai por terra o discurso vazio sobre liberdade e autonomia sindical.

Muitos delegados, cerca de oitocentos, se opuseram a todas as principais resoluções adotadas, em alguns casos obtendo adesão de outros menos controláveis pelos presidentes das Federações.

Na questão da dívida externa esta adesão foi bastante significativa. A referência dos que se opunham de maneira sistemática às posições encaminhadas pela diretoria da CONTAG eram as resoluções da CUT.

PARA ONDE VÃO AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS?

A burguesia cavalejou a crista da onda das "Diretas-Já", acalmou o cavalo bravo das multidões descontentes, propôs o seu candidato único alternativo, e agora se vê na contingência de ter que alimentar a fera antes que ela desconfie de seu domador. Se não houve "Diretas-Já" e se o mais conveniente é deixar as diretas para presidente só para 1988, que se conceda ao povo as diretas nas capitais e nas áreas ditas de segurança nacional.

Diante dessa imposição, os partidos buscam cavar desde já os espaços que lhes caberão na Nova República. É uma batalha em que estão em jogo não só as prefeituras, mas a disputa dos governos estaduais, da Constituinte no próximo ano e da Presidência da República em 1988.

O PMDB procura conservar sua posição de partido majoritário, mantendo o controle das prefeituras de grandes capitais, como São Paulo, Belo Horizonte, e tomar outras do PDS, como Salvador e Porto Alegre, do PFL, como Recife e do PDT, como Rio de Janeiro. Para isso tem, em primeiro lugar que administrar as disputas entre suas próprias facções, formadas com base em diferenças

políticas (reformistas e conservadores) e por conveniências eleitorais.

O PFL luta para firmar-se enquanto partido nacional e enquanto núcleo de um grande partido conservador, tipicamente representativo do grande capital, a ser formado com a adesão de uma parte do PDS não-malufista e do PMDB. Um partido capaz de ser hegemônico na Nova República e de assegurar a sucessão de Sarney, com Aureliano Chaves ou outro candidato.

O PDT pesca os descontentes, principalmente no PMDB, como Jorge Carone, candidato à prefeito de Belo Horizonte, e Freitas Nobre, de São Paulo. Aparece com força em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba. Tenta fortalecer-se a fim de ter uma boa participação na Constituinte, disputar com vantagens alguns governos estaduais e garantir a ascensão de Brizola à presidência.

O PTB ressurgiu com Jânio em São Paulo, um candidato dele mesmo e da direita fascista, órfã de lideranças políticas. Correndo muito o PMDB busca construir mais uma campanha de voto útil em torno de Fernando Henrique Cardoso, o civilizado sociólogo da Nova República.

Já o PT, correndo por fora, se fortalece com a adesão de algumas correntes populares que romperam com o PMDB e realiza suas convenções. Em São Paulo, Eduardo Suplicy, obteve o consenso do partido, que inicia as discussões para a elaboração de uma plataforma de campanha. Em Belo Horizonte, a união entre várias forças de esquerda deu a vitória na Convenção Municipal, ao economista Virgílio Guimarães contra o deputado estadual João Batista dos Mares Guia.

Virgílio Guimarães elegu-se na Convenção com um programa centrado na oposição clara ao governo Sarney e à Nova República. Mares Guia, não só apoiou Tancredo, como apóia até hoje o governo Sarney.

Em Fortaleza a Convenção indicou, por quase unanimidade, os nomes da deputada estadual — eleita em 1982 pelo PMDB — Maria Luíz Fontenelle para a prefeitura.

Queira ou não a burguesia, as grandes questões nacionais acabarão determinando o rumo das campanhas. Ora, o pleito envolverá cerca de 1/3 da população brasileira, e os contingentes elei-

torais mais politizados. Tudo isso num momento em que continuam vivos os desejos de mudanças reais, em que cada dia ficam mais evidentes as limitações do novo governo e a natureza conservadora das políticas implementadas.

Neste quadro o PT é o único partido que vem aparecendo como aquele que pode oferecer espaço para o lançamento de candidaturas comprometidas com os interesses operários e populares. Daí a mobilização que já se observa entre estes setores no sentido de participar, desde já, no processo de elaboração dos programas e no lançamento das campanhas. Porém, como se trata de eleições, e elas se decidem com votos, a preocupação também evidenciada em algumas convenções foi a necessidade de combinar um programa avançado com a capacidade de disputa eleitoral.

Esta preocupação originou no PT a conveniência de avaliar as possibilidades de coligação com o PDT, onde seus candidatos não dispuseram de um mínimo de densidade eleitoral. Esta situação só parece ter surgido, até o momento, em Recife.

SUGESTÕES DE LEITURA

01. Materialismo Histórico e Crise Contemporânea - Otto Ohlweiler	23.000
02. Lênin, Coração e Mente - Tarso CGenro e Adeldo Genro	16.000
03. Revista Praxis nº 2	16.000
04. Teoria e Política nº 1	15.000
05. Teoria e Política nº 2	15.000
06. Teoria e Política nº 3	19.000
07. Teoria e Política nº 4	18.000
08. Teoria e Política nº 5/6	19.000
09. Teoria e Política nº 7	18.000
10. Testamento sob a Força - Júlio Fuchik	15.000
11. Barão de Mesquita 425: A Fábrica do Meto - Alcir Henrique da Costa	16.500
12. A Crise do Imperialismo e a Revolução - Nelson Levy	19.000
13. Introdução à Crítica do Direito do Trabalho - Tarso Genro	12.000
14. Contribuição à Crítica do Direito Coletivo do Trabalho - Tarso Genro	15.000
15. A Questão Agrária - Carlos Marighela, Paulo Schilling e outros	18.000
16. Sangue da Terra: A Luta Armada no Campo - Murilo Carvalho	18.000
17. Capitalismo e Agricultura nos E.U.A. - Lênin	18.000
18. Problema Agrário - Lênin	10.000

Peça pelo Reembolso Postal à Editora Outubro Ltda.
Rua Sto. Antônio, Nº 446 — Cj. 91 - CEP 01314 -
Bela Vista - S. Paulo - SP - Caixa Postal 65.138
Fone 32.4685

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.
End. Rua Santo antonio 446 conj. 91 — Fone 32-4685
CEP — 01314 — SÃO PAULO — SP
Jornalista responsável: Sérgio Weigert
Composição e Impressão Proposta Editorial
Fone 282-5992 — SP

55 dias abertos

A Nova República comemorava seu 27º dia de existência. Na mesma data, 255 mil metalúrgicos do chamado grupo independente (ligado à CUT) iniciavam a mais longa greve dos metalúrgicos de São Paulo. Foram 55 dias de luta, um enfrentamento que terminou por se mostrar muito mais duro do que se poderia imaginar. Desta vez, a burguesia respondeu às reivindicações dos trabalhadores valendo-se de métodos diferentes daqueles utilizados na época do regime militar. Ao invés das intervenções nos sindicatos e da repressão ostensiva, o que se pôde ver foi uma nova tática. Numa nova atitude onde a demagogia e o cinismo estiveram sempre juntos, configurando, talvez, aquilo que a nova república adotará como o seu "estilo". Avaliar os saldos deste movimento e crescer com suas lições constitui, sem dúvida, um dos desafios que deveremos vencer.

"Eu pago prá ver. Deixa queimar que a gente constrói outra". Com esta frase, André Beer, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da GM posicionava-se frente à ameaça de destruição de sua fábrica em S. José dos Campos quando se insinuava um confronto entre os operários que a haviam ocupado e as forças da repressão. Jacy Mendonça, diretor da Volkswagen, expressaria a mesma idéia com maior clareza: "Nesta altura das coisas o lado econômico da situação não importa mais: estamos tratando, agora, de assegurar o nosso futuro."

A chamada "intransigência dos patrões" expressava, desta maneira, uma posição política altamente consciente dos seus interesses enquanto classe. Já não importavam os prejuízos econômicos. O que estava em jogo era algo maior. Ceder às exigências dos metalúrgicos seria uma demonstração da fraqueza capaz de abrir um grave precedente para novos e "incontroláveis" movimentos grevistas, principalmente no ABC, zona de maior concentração operária e onde estão as principais montadoras (Volks, Ford, GM, Scânia, Mercedes e Motores Perkins).

Ao mesmo tempo, o movimento grevista articulava-se tendo presente a possibilidade de um enfrentamento de longa duração e buscando uma tática adequada, capaz de manter a mobilização. Pensava-se, basicamente, na experiência alguns sindicatos europeus e na tentativa de quebrar a dinâmica do processo produtivo, todo ele baseado na interdependência entre as montadoras e as autopeças. Assim, por exemplo, movimentos paredistas nas autopeças poderiam paralisar a produção nas montadoras, tanto quanto uma greve em uma grande empresa traria prejuízos para as autopeças. Com esta visão, surgiu a "Vaca Brava": movimento que tentaria impulsionar greves dentro e fora das fábricas, ocupações, operação tartaruga, paradas e voltas. Tudo ocorrendo de uma forma simultânea e com a coordenação do sindicato, comissões de fábrica e comitês de mobilização. Na pauta de reivindicações, além da redução da jornada de trabalho, trimestralidade, produtividade e INPC integral, mais um conjunto de exigências restritas à categoria.

O AMANHÃ 8

No final de abril, com a greve dos metalúrgicos no seu vigésimo dia, o secretário de segurança de S. Paulo, Michel Temer, declarava: "As greves não são um problema exclusivamente de polícia, mas um problema político, econômico, social e trabalhista, cuja solução será obtida preferencialmente através de negociação entre empregados e empregadores, e os excessos serão reprimidos com moderação e equilíbrio, mas com energia". Paralelamente, jornais da grande imprensa radicalizavam uma verdadeira campanha, iniciada alguns meses antes, contra as greves.

Para os ativistas e operários metalúrgicos começavam a se apresentar de forma mais palpável as mudanças apreçadas pela Nova República.

A CONDUÇÃO POLÍTICA

A condução política de todo o movimento grevista seria uma decorrência da estratégia montada que visava impor o maior prejuízo econômico aos patrões, obrigando-os a ceder. Não se colocou desde o início a perspectiva de um enfrentamento político com o governo da Aliança Democrática. Pelo contrário.

Em alguns momentos, lideranças entre as mais expressivas dos trabalhadores chegaram mesmo a insinuar apoio à Nova República ou a alimentar a expectativa de que o novo governo pudesse auxiliar na resolução do impasse. Jair Menequelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema e da CUT, expressão do sindicalismo combativo, chegou mesmo a afirmar no 1º de Maio, na Praça da Sé em São Paulo, que "precisamos parar o Brasil de norte a sul pela redução da jornada de 48 horas semanais para 40, não para desestabilizar o governo, mas para concretizar a democracia." Mesmo o PT, único partido legal a manifestar seu irrestrito apoio às greves, haveria de lançar um boletim do Diretório Estadual de S. Paulo, intitulado "Solidariedade aos Metalúrgicos em Greve", no qual se explicava que as montadoras estavam endurecendo sua posição nas negociações porque queriam repassar para o preço dos veículos tudo o que concedessem aos trabalhadores: "estão usando a greve dos metalúrgicos para conseguir do governo a liberação dos preços"... E concluía sua análise afirmando que "os trabalhadores apóiam o governo no seu esforço de conter a inflação".

Estas declarações e posicionamentos equivocados e confusos surgiam num período extremamente favorável, a equívocos e confusões. Período em que a doença de Tancredo sensibilizava todo o país e no qual se vivia uma situação muito delicada politicamente. A suspensão temporária da greve por exemplo, trouxe, no mínimo, algumas evidentes perplexidades. Por outro lado, fica extremamente difícil visualizar quais as vantagens que poderiam advir da medida.

A NOVA TÁTICA DA BURGUESIA

Se, por um lado, os trabalhadores mantinham, a concepção de uma greve

econômica, por outro, a burguesia unificava-se e respondia politicamente ao movimento numa posição ofensiva que visava o isolamento das greves. Se, em vários momentos, piquetes foram dissolvidos e algumas prisões foram realizadas, não foi este o tipo de conduta que marcou a tática das classes dominantes.

Em primeiro lugar, o governo da Nova República apareceu não mais como o "cão de guarda" dos interesses patronais, mas como um pretenso "mediador", situado supostamente acima da disputa real. Assim, falou-se muito em "diálogo", "compreensão", "desarmamento de espíritos", enquanto, por outro lado, as empresas iniciavam as demissões. Neste episódio duas ressalvas importantes: as demissões deram-se quase que na sua totalidade por "justa causa" (ver tabela II) com base na decretação da ilegalidade da greve, como nos "velhos tempos": e, mais do que isso, voltaram-se seletivamente contra as lideranças do movimento — diretores de sindicato, comissões de fábrica e CIPAS.

Com as demissões inaugura-se um capítulo à parte na greve. Em algumas fábricas, por exemplo, as direções assumiram a seguinte postura: a cada dia de greve colocaremos tantos operários no "olho da rua". Assim, a cada manhã lá estavam as listas de demissões acompanhadas não apenas pelos companheiros revoltados como por filas imensas de desempregados convocados pelas empresas para cadastramento. Tal quadro compôs uma situação muito tensa onde os impasses se agravaram mais e mais. E a não inclusão da exigência de que



s para balanço



não houvesse demissões e de que aquelas já realizadas fossem revogadas na pauta de negociações só facilitou a tática dos patrões e do governo de cortar a cabeça do movimento dentro das próprias fábricas.

Enquanto estes episódios desenvolviam, a grande imprensa também entrava para valer: o movimento era qualificado de "radical", "extremista". O PT, a

CUT, as Comunidades Eclesiais de Base e as forças revolucionárias, enfim, quem quer que se colocasse ao lado dos grevistas, também entrava neste roldão.

Ao mesmo tempo, também se falava, hipocritamente, em nome da "Nação" ou dos "interesses do povo", sustentando a necessidade do fim da greve para a "estabilização de democracia". Todo este patriotismo, todo este espírito "de-

mocrático e humanitário" poderia ser muito bem aquilatado pela disposição revelada por Walter Sacca, líder do grupo 14 da FIESP, no momento em que as empresas entregavam o contracheque zero aos trabalhadores, descontando todos os dias parados de uma só vez: "agora eu quero ver a vaca brava se instalar na casa do trabalhador", disse ele.

PARA AS CONCLUSÕES NECESSÁRIAS.

Em primeiro lugar, para que consigamos chegar a avaliação mais radical da greve, isto é, aquela análise que realmente toma as coisas pela raiz, é preciso abandonar este ar "professoral" que tantos insistem em assumir tão logo terminam as mobilizações e passa-se da "prática da crítica" à crítica da prática. Estes "professores" não parecem perceber que o difícil não é, depois de assentada a poeira, avaliar erros e acertos. Mas, exatamente, pelo contrário: sob o calor da poeira levantada, definir rumos e tomar as decisões.

Neste sentido, não se pode sequer afirmar que uma tática correta, de enfrentamento político por parte dos operários, ao caráter nitidamente político que a burguesia fazia questão de dar à greve, garantiria a vitória do movimento. Isto, por dois motivos fundamentais: 1) toda a greve deu-se numa conjuntura completamente nova, que colocou desconhecidas exigências; 2) só durante o desenrolar da greve, e mesmo após ela, é que algumas das limitações mais sérias puderam ser identificadas. Neste sentido, ainda, é que os erros de condução devem integrar um debate muito mais amplo e responsável, capaz de contribuir para a superação coletiva dos problemas políticos e organizativos que foram se evidenciando. Superação que estas nossas conclusões também pretendem ajudar a construir.

A greve dos metalúrgicos do "grupo independente" ocorreu numa conjuntura marcada pelo avanço do movimento de massas, com uma onda grevista que envolveu várias categorias. Conjuntura esta também marcada pela iniciativa política da burguesia através de seu novo governo.

Diferentemente das outras greves na época do regime militar, não se verificou a solidariedade de setores que, até então, sempre haviam se posicionado favoravelmente às mobilizações. Entre os omissos, merecem especial destaque os liberais e a hierarquia da Igreja. Além disso, o próprio movimento grevista não procurou se jogar para fora das fábricas em ações de rua, passeatas, atos públicos. A própria tomada das fábricas,

Mesmo as grandes assembleias não foram realizadas, e o movimento esteve quase sempre fragmentado em suas ações. Para esta limitação, a "Vaca Brava" cumpriu um papel

que por certo, haverá de ser redimensionado, para evitar que a força da massa dos operários seja fracionada, ou ainda para dificultar as ações mais amplas e numerosas.

Por outro lado, em que pese alguns acordos vantajosos que foram firmados pelos operários das pequenas e médias empresas a prática dos acordos em separado — que acabaram permitindo a volta ao trabalho nas autopeças independentemente do desdobramento da luta nas montadoras — implicou num isolamento dos trabalhadores das fábricas mais poderosas, com maior capacidade de suportar os prejuízos, e que se mostravam mais intransigentes.

Entre as deduções necessárias, torna-se muito importante compreender que a falta de iniciativas que possibilitassem a união de todas as categorias em luta e o apoio de outros setores populares facilitou o combate dos patrões e do governo à greve. Seria necessário romper com o corporativismo e realizar um luta única do conjunto dos trabalhadores contra a burguesia. A operação "Vaca Brava", os acordos em separado e o rebaixamento da greve a um posicionamento meramente econômico, levaram à fragmentação do movimento. Do outro lado, os patrões e o governo se mantiveram unidos. Atenção especial deveria ter sido dada à elaboração de uma plataforma de reivindicações que contemplasse interesses populares mais amplos para dificultar o isolamento do movimento grevista naquela conjuntura adversa.

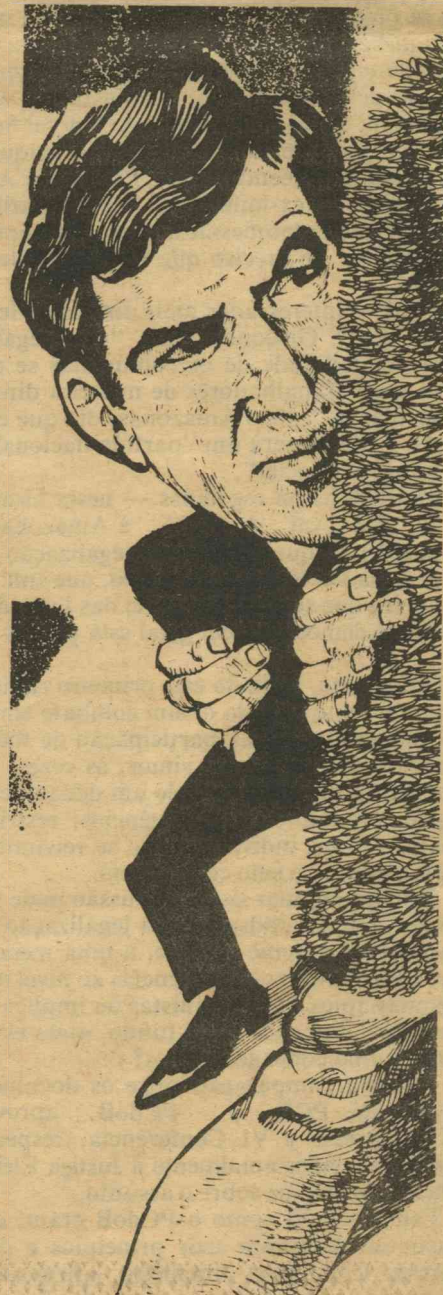
É importante compreender o necessário caráter político do qual cada movimento deve se imbuir. Para que seja possível realizar uma justa avaliação sobre o resultado da greve exige-se a adoção de um critério político capaz de situar se a greve pode ser considerada como vitoriosa ou não. Basear esta definição, única e exclusivamente, no fato de saber se os itens constantes da pauta de reivindicações foram ou não atendidos é realizar um "sindicalismo de negócio", despolitizado.

A greve dos metalúrgicos foi politicamente derrotada. Não apenas porque as principais reivindicações não foram atendidas nas montadoras, mas porque as classes dominantes conseguiram isolar a greve, demitir milhares de trabalhadores e obrigar todos os outros a voltarem ao trabalho. Boa parte dos operários grevistas não só voltaram ao trabalho

amargando esta derrota como ainda foram obrigados a cumprir hora extra no serviço para recuperar o que foi descontado.

Estas e outras conclusões serão o maior saldo deste movimento, que, se não foi vitorioso politicamente, deu-nos uma lição de combatividade, e conseguiu "arquivar" a proposta de "Pacto Social" da Nova República.

É a hora de nos abirmos para o necessário balanço. O momento em que cada metalúrgico pode afirmar: "já não estamos em greve, mas a greve está em cada um de nós." E que dela sejam retirados todos os ensinamentos.



55 dias abertos para balanço

A Nova República comemorava seu 27º dia de existência. Na mesma data, 255 mil metalúrgicos do chamado grupo independente (ligado à CUT) iniciavam a mais longa greve dos metalúrgicos de São Paulo. Foram 55 dias de luta, um enfrentamento que terminou por se mostrar muito mais duro do que se poderia imaginar. Desta vez, a burguesia respondeu às reivindicações dos trabalhadores valendo-se de métodos diferentes daqueles utilizados na época do regime militar. Ao invés das intervenções nos sindicatos e da repressão ostensiva, o que se pôde ver foi uma nova tática. Numa nova atitude onde a demagogia e o cinismo estiveram sempre juntos, configurando, talvez, aquilo que a nova república adotará como o seu "estilo". Avaliar os saldos deste movimento e crescer com suas lições constitui, sem dúvida, um dos desafios que deveremos vencer.

"Eu pago pra ver. Deixa queimar que a gente constrói outra". Com esta frase, André Beer, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da GM posicionava-se frente à ameaça de destruição de sua fábrica em S. José dos Campos quando se insinuava um confronto entre os operários que a haviam ocupado e as forças da repressão. Jacy Mendonça, diretor da Volkswagen, expressaria a mesma ideia com maior clareza: "Nesta altura das coisas o lado econômico da situação não importa mais: estamos tratando, agora, de assegurar o nosso futuro."

A chamada "intransigência dos patrões" expressava, desta maneira, uma posição política altamente consciente dos seus interesses enquanto classe. Já não importavam os prejuízos econômicos. O que estava em jogo era algo maior. Ceder às exigências dos metalúrgicos seria uma demonstração da fraqueza capaz de abrir um grave precedente para novos e "incontroláveis" movimentos grevistas, principalmente no ABC, zona de maior concentração operária e onde estão as principais montadoras (Volks, Ford, GM, Scania, Mercedes e Motores Perkins).

Ao mesmo tempo, o movimento grevista articulava-se tendo presente a possibilidade de um enfrentamento de longa duração e buscando uma tática adequada, capaz de manter a mobilização. Pensava-se, basicamente, na experiência alguns sindicatos europeus e na tentativa de quebrar a dinâmica do processo produtivo, todo ele baseado na interdependência entre as montadoras e as autopeças. Assim, por exemplo, movimentos paredistas nas autopeças poderiam paralisar a produção nas montadoras, tanto quanto uma greve em uma grande empresa traria prejuízos para as autopeças. Com esta visão, surgiu a "Vaca Brava": movimento que tentaria impulsionar greves dentro e fora das fábricas, ocupações, operação tartaruga, paradas e voltas. Tudo ocorrendo de uma forma simultânea e com a coordenação do sindicato, comissões de fábrica e comitês de mobilização. Na pauta de reivindicações, além da redução da jornada de trabalho, trimestralidade, produtividade e INPC integral, mais um conjunto de exigências restritas à categoria.

O AMANHÃ 8

No final de abril, com a greve dos metalúrgicos no seu vigésimo dia, o secretário de segurança de S. Paulo, Michel Temer, declarava: "As greves não são um problema exclusivamente de polícia, mas um problema político, econômico, social e trabalhista, cuja solução será obtida preferencialmente através de negociação entre empregados e empregadores, e os excessos serão reprimidos com moderação e equilíbrio, mas com energia". Paralelamente, jornais da grande imprensa radicalizavam uma uma verdadeira campanha, iniciada alguns meses antes, contra as greves.

Para os ativistas e operários metalúrgicos começavam a se apresentar de forma mais palpável as mudanças apreoadas pela Nova República.

A CONDUÇÃO POLITICA

A condução política de todo o movimento grevista seria uma decorrência da estratégia montada que visava impor o maior prejuízo econômico aos patrões, obrigando-os a ceder. Não se colocou desde o início a perspectiva de um enfrentamento político com o governo da Aliança Democrática. Pelo contrário.

Em alguns momentos, lideranças entre as mais expressivas dos trabalhadores chegaram mesmo a insinuar apoio à Nova República ou a alimentar a expectativa de que o novo governo pudesse auxiliar na resolução do impasse. Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema e da CUT, expressão do sindicalismo combativo, chegou mesmo a afirmar no 1º de Maio, na Praça da Sé em São Paulo, que "precisamos parar o Brasil de norte a sul pela redução da jornada de 48 horas semanais para 40, não para desestabilizar o governo, mas para concretizar a democracia". Mesmo o PT, único partido legal a manifestar seu restrito apoio às greves, haveria de lançar um boletim do Diretório Estadual de S. Paulo, intitulado "Solidariedade aos Metalúrgicos em Greve", no qual se explicava que as montadoras estavam endurecendo sua posição nas negociações porque queriam repassar para o preço dos veículos tudo o que concedessem aos trabalhadores: "estão usando a greve dos metalúrgicos para conseguir do governo a liberação dos preços"... E concluía sua análise afirmando que "os trabalhadores apóiam o governo no seu esforço de conter a inflação".

Estas declarações e posicionamentos equivocados e confusos surgiam num período extremamente favorável, a equívocos e confusões. Período em que a doença de Tancredo sensibilizava todo o país e no qual se vivia uma situação muito delicada politicamente. A suspensão temporária da greve por exemplo, trouxe, no mínimo, algumas evidentes perplexidades. Por outro lado, fica extremamente difícil visualizar quais as vantagens que poderiam advir da medida.

A NOVA TÁTICA DA BURGUESIA

Se, por um lado, os trabalhadores mantinham, a concepção de uma greve

econômica, por outro, a burguesia unificava-se e respondia politicamente ao movimento numa posição ofensiva que visava o isolamento das greves. Se, em vários momentos, piquetes foram dissolvidos e algumas prisões foram realizadas, não foi este o tipo de conduta que marcou a tática das classes dominantes.

Em primeiro lugar, o governo da Nova República apareceu não mais como o "cão de guarda" dos interesses patronais, mas como um pretense "mediador", situado supostamente acima da disputa real. Assim, falou-se muito em "diálogo", "compreensão", "desarmamento de espíritos", enquanto, por outro lado, as empresas iniciavam as demissões. Neste episódio duas ressalvas importantes: as demissões deram-se quase que na sua totalidade por "justa causa" (ver tabela II) com base na decretação da ilegalidade da greve, como nos "velhos tempos"; e, mais do que isso, voltaram-se seletivamente contra as lideranças do movimento — diretores de sindicato, comissões de fábrica e CIPAS.

Com as demissões inaugura-se um capítulo à parte na greve. Em algumas fábricas, por exemplo, as direções assumiram a seguinte postura: a cada dia de greve colocaremos tantos operários no "olho da rua". Assim, a cada manhã lá estavam as listas de demissões acompanhadas não apenas pelos companheiros revoltados como por filas imensas de desempregados convocados pelas empresas para cadastramento. Tal quadro compôs uma situação muito tensa onde os impasses se agravaram mais e mais. E a não inclusão da exigência de que



não houvesse demissões e de que aquelas já realizadas fossem revogadas na pauta de negociações só facilitou a tática dos patrões e do governo de cortar a cabeça do movimento dentro das próprias fábricas.

Enquanto estes episódios desenvolviam, a grande imprensa também entrava para valer: o movimento era qualificado de "radical", "extremista". O PT, a

CUT, as Comunidades Eclesiais de Base e as forças revolucionárias, enfim, quem quer que se colocasse ao lado dos grevistas, também entrava neste roldão.

Ao mesmo tempo, também se falava, hipocritamente, em nome da "Nação" ou dos "interesses do povo", sustentando a necessidade do fim da greve para a "estabilização de democracia". Todo este patriotismo, todo este espírito "de-

mocrático e humanitário" poderia ser muito bem aquilutado pela disposição revelada por Walter Sacca, líder do grupo 14 da FIESP, no momento em que as empresas entregavam o contracheque zero aos trabalhadores, descontando todos os dias parados de uma só vez: "agora eu quero ver a vaca brava se instalar na casa do trabalhador", disse ele.

PARA AS CONCLUSÕES NECESSÁRIAS.

Em primeiro lugar, para que consigamos chegar a avaliação mais radical da greve, isto é, aquela análise que realmente toma as coisas pela raiz, é preciso abandonar este ar "professoral" que tantos insistem em assumir tão logo terminam as mobilizações e passa-se da "prática da crítica" à crítica da prática. Estes "professores" não parecem perceber que o difícil não é, depois de assentada a poeira, avaliar erros e acertos. Mas, exatamente, pelo contrário: sob o calor da poeira levantada, definir rumos e tomar as decisões.

Neste sentido, não se pode sequer afirmar que uma tática correta, de enfrentamento político por parte dos operários, ao caráter nitidamente político que a burguesia fazia questão de dar à greve, garantiria a vitória do movimento. Isto, por dois motivos fundamentais: 1) toda a greve deu-se numa conjuntura completamente nova, que colocou desconhecidas exigências; 2) só durante o desenrolar da greve, e mesmo após ela, é que algumas das limitações mais sérias puderam ser identificadas. Neste sentido, ainda, é que os erros de condução devem integrar um debate muito mais amplo e responsável, capaz de contribuir para a superação coletiva dos problemas políticos e organizativos que foram se evidenciando. Superação que estas nossas conclusões também pretendem ajudar a construir.

A greve dos metalúrgicos do "grupo independente" ocorreu numa conjuntura marcada pelo avanço do movimento de massas, com uma onda grevista que envolveu várias categorias. Conjuntura esta também marcada pela iniciativa política da burguesia através de seu novo governo.

Diferentemente das outras greves na época do regime militar, não se verificou a solidariedade de setores que, até então, sempre haviam se posicionado favoravelmente às mobilizações. Entre os omissos, merecem especial destaque os liberais e a hierarquia da Igreja. Além disso, o próprio movimento grevista não procurou se jogar para fora das fábricas em ações de rua, passeatas, atos públicos. A própria tomada das fábricas,

Mesmo as grandes assembleias não foram realizadas, e o movimento esteve quase sempre fragmentado em suas ações. Para esta limitação, a "Vaca Brava" cumpriu um papel

que por certo, haverá de ser redimensionado, para evitar que a força da massa dos operários seja fracionada, ou ainda para dificultar as ações mais amplas e numerosas.

Por outro lado, em que pese alguns acordos vantajosos que foram firmados pelos operários das pequenas e médias empresas a prática dos acordos em separado — que acabaram permitindo a volta ao trabalho nas autopeças independentemente do desdobramento da luta nas montadoras — implicou num isolamento dos trabalhadores das fábricas mais poderosas, com maior capacidade de suportar os prejuízos, e que se mostravam mais intransigentes.

Entre as deduções necessárias, torna-se muito importante compreender que a falta de iniciativas que possibilitassem a união de todas as categorias em luta e o apoio de outros setores populares facilitou o combate dos patrões e do governo à greve. Seria necessário romper com o corporativismo e realizar um luta única do conjunto dos trabalhadores contra a burguesia. A operação "Vaca Brava", os acordos em separado e o rebalçamento da greve a um posicionamento meramente econômico, levaram à fragmentação do movimento. Do outro lado, os patrões e o governo se mantiveram unidos. Atenção especial deveria ter sido dada à elaboração de uma plataforma de reivindicações que contemplasse interesses populares mais amplos para dificultar o isolamento do movimento grevista naquela conjuntura adversa.

É importante compreender o necessário caráter político do qual cada movimento deve se imbuir. Para que seja possível realizar uma justa avaliação sobre o resultado da greve exige-se a adoção de um critério político capaz de situar se a greve pode ser considerada como vitoriosa ou não. Basear esta definição, única e exclusivamente, no fato de saber se os itens constantes da pauta de reivindicações foram ou não atendidos é realizar um "sindicalismo de negócio", despolitizado.

A greve dos metalúrgicos foi politicamente derrotada. Não apenas porque as principais reivindicações não foram atendidas nas montadoras, mas porque as classes dominantes conseguiram isolar a greve, demitir milhares de trabalhadores e obrigar todos os outros a voltarem ao trabalho. Boa parte dos operários grevistas não só voltaram ao trabalho

amargando esta derrota como ainda foram obrigados a cumprir hora extra no serviço para recuperar o que foi descontado.

Estas e outras conclusões serão o maior saldo deste movimento, que, se não foi vitorioso politicamente, deu-nos uma lição de combatividade, e conseguiu "arquivar" a proposta de "Pacto Social" da Nova República.

É a hora de nos abirmos para o necessário balanço. O momento em que cada metalúrgico pode afirmar: "já não estamos em greve, mas a greve está em cada um de nós." E que dela sejam retirados todos os ensinamentos.





PARTIDOS CLANDESTINOS

Afinal, qual é o preço de da legalidade?

O debate sobre a legalização dos partidos clandestinos vai de vento em popa. Vento que passou a soprar depois que o PCB, no dia 8 e o PCdoB no dia 23 de maio encaminharam seus pedidos de registro à Justiça Eleitoral. Os extensos documentos, que ocuparam várias páginas do Diário Oficial, trazendo desde as declarações programáticas até os estatutos, disposições gerais, especiais e transitórias, serviram, sem dúvida, para fazer navegar mais rápido o barco deste debate.

As perguntas surgem por todos os lados: marinheiros de primeira e de várias viagens querem saber o que isto significa. A confusão parece aumentar ainda mais quando cidadãos, que não morrem propriamente de amores pelo comunismo, manifestam-se a favor da legalização: é o caso do deputado federal Sebastião Curió, que participou da repressão e aniquilamento da Guerrilha empreendida pelo PCdoB no Araguaia, é o caso ainda do ex-ministro Jarbas Passarinho. Ambos têm basicamente o mesmo argumento para defender a legalização: "é preciso que os comunistas fiquem às claras".

Entre os interessados mais diretos, o Secretário Geral do PCB, Giocondo Dias, "vê a legalidade como uma possibilidade de os comunistas se dirigirem ao povo e aos trabalhadores de maneira direta e sem intermediários". João Amazonas, diz que com a legalização o PCdoB será um "partido nacional na luta pelo progresso social".

Estariam assim esgotadas — nesta bizarra unanimidade que vai de Curió à Amazonas — todos os problemas que envolvem a legalização destes partidos? Uma parte deles, por certo, que sim: afinal, uma bandeira que sempre fez parte das lutas dos comunistas e dos democratas em geral está prestes a ser vitoriosa.

No entanto, fechado este primeiro capítulo, abre-se outro. E se aquele era de um combate eminentemente político pautado pela participação de todas as forças democráticas, (e, como vimos, às vezes, nem tão democráticas assim), este é de um debate teórico e ideológico, pontuado de divergências, restrito às forças políticas e aos indivíduos que se reivindicam da luta pela revolução e pelo comunismo.

A pedra angular desta discussão pode ser resumida a uma lacônica indagação: a legalização dos partidos clandestinos resume-se, hoje, a uma mera questão formal sem maiores consequências ao nível da ideologia e dos princípios dos comunistas ou implica em uma atitude que, descendo mais fundo, afeta essencialmente tanto a uma como aos outros?

Talvez a comparação entre os documentos (1967/1966) do PCB e PCdoB, aprovados pelo VI Congresso e VI Conferência, respectivamente e aqueles enviados atualmente à Justiça Eleitoral possam lançar alguma luz sobre o assunto.

Tanto o PCB como o PCdoB eram, então, muito claros ao definirem seus princípios e objetivos: "O Partido Comunista Brasileiro, afirmava o texto de abertura dos estatutos do "partidão", se orienta pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacio-

nalismo proletário. (...) Em sua atividade tem sempre em vista seus deveres como parte do movimento comunista mundial." (e) (...) "tem por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria", definindo ainda o princípio do centralismo democrático como norma de organização e funcionamento.

O PCdB seguia-lhe praticamente os passos: depois de afirmar-se a vanguarda política do proletariado, forma superior de sua organização de classe, dizia também que se orientava pelo marxismo-leninismo e pelo internacionalismo proletário. No art. 6 dos estatutos, exatamente como o PCB, afirmava "o centralismo democrático como princípio diretor da organização do partido".

Vejamos agora os documentos redigidos quase vinte anos depois para serem enviados à Justiça. Enquanto o PCdoB define-se ainda como uma "organização de comunistas", colocando entre seus objetivos o socialismo e o comunismo, o PCB prefere outros caminhos. Ficamos então sabendo que "a organização centralizada e combativa, regida pelo centralismo democrático de 1967, hoje é "uma organização político-partidária aberta a todos os cidadãos brasileiros que, no gozo de seus direitos políticos, consideram ser o socialismo uma alternativa historicamente viável e politicamente desejável para o Brasil (...)".

Tudo leva a crer que as divergências entre os dois terminam aqui.

O PCdoB, por exemplo, parece até mesmo esquecido de que em 1962 rompia com o PCB exatamente porque dos "Estatutos foram retiradas, deliberadamente, a afirmação de que o partido se rege pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário (...)". Porém, nos textos atuais, encaminhados à Justiça por mais que procuremos, também não será encontrada a menor referência a isto, tanto no PCB como no PCdoB. As claras afirmações que vimos acima sobre os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário foram substituídas por outras.

O PCB deixa o leninismo na sombra e afirma que o partido tem na teoria social de Marx as bases de seu método de análise.

Enquanto o PCdoB escolheu "nortear-se pelos valores universais da ciência social fundada por Marx e Engels". Já o internacionalismo, para o primeiro, transformou-se em defesa da autodeterminação dos povos enquanto para o PCdoB em "solidariedade internacional".

Porém as surpresas maiores ainda estão reservadas. O que dizer, por exemplo, quando nos deparamos com o Art. 4º do texto encaminhado pelo PCB? Nele afirma-se que a filiação partidária será cancelada, entre outros casos, também no de "perda dos direitos políticos". Em outras palavras, isto significa que se um militante do PCB for cassado pelas leis vigentes imediatamente também será "cassado" nos seus direitos partidários. O mínimo que se pode dizer é que para quem viveu tanto tempo na ilegalidade, o PCB tem

uma crença despropositada na legalidade, ainda mais esta do Sr. Sarney. Ou então, supõe, realmente, que quem for cassado pela Nova República não é mais digno de continuar militando no partido?

No caso do PCdoB, o ponto 3 da sua declaração programática, é, de certa forma, também surpreendente. Propõe a democratização das Forças Armadas, mantendo porém a sua constituição hierárquica, que, segundo o texto, deve obedecer porém a normas democráticas antielitistas no sistema de promoções e escolha de seus comandos. Prescreve ainda que as Forças Armadas não poderão intervir na vida política do país, nem poderão desempenhar atividades de cunho policial ou pára-militar.

Para quem diz nortear-se pela ciência social fundada por Marx e Engels é, de fato, muito estranha esta proposição. Não são poucas as referências que ambos fazem ao Exército como uma instituição do Estado burguês que deve ser desmantelada ("quebrada"); não se encontra nenhuma referência no sentido de sua "democratização". Um destes textos diz claramente: "Afirmando, diz Marx em uma carta a Kugelmann, que a revolução (...) deve tentar, antes de tudo, não passar para outras mãos a máquina burocrática e militar (...) mas quebrá-la. Eis a condição preliminar (...) etc., etc.

Vale a pena também reproduzir o breve comentário de Lênin (embora Lênin esteja no "ostracismo"): "Essas palavras, diz ele, 'quebrar a máquina burocrática e militar do Estado' — condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E é precisamente esta lição que se esquece completamente (...) (e que a) (...) obra de Kautsky, deturpa completamente".

Como se vê, ou o PCdoB se guia por uma "ciência social" que desconhece completamente ou, talvez, esquece entre aqueles que são denunciados por Lênin por esquecerem a lição fundamental do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E será esta a ponta do véu que encobre as razões do "ostracismo" de Lênin, promovido, como vimos, tanto pelo PCB como pelo PCdoB?

O que parece fora de dúvida, contudo, é que a legalização dos partidos clandestinos não é uma mera questão formal a cobrar seu preço apenas nos cruzeiros necessários à publicação de seus programas e estatutos no Diário Oficial. Preço que o ex-ministro Jarbas Passarinho definiu com franqueza em declarações à revista *Afinal*, no dia 7 de maio: "A partir do momento em que os partidos, sejam comunistas ou outros, aceitam a ordem constitucional vigente, o problema de sua legalização deixa de existir. Isto partindo do pressuposto de que eles serão leais ao sistema". Por ironia ou por coincidência o preço da legalidade — aceitação da ordem vigente e lealdade ao sistema — era definido exatamente um dia antes que o PCB encaminhasse seu pedido ao TSE e 16 dias antes que o PCdoB fizesse o mesmo. Como se pode perceber, tal preço não parece ter assustado, ambos estão se dispondo a pagá-lo.

“A CUT TEM DE SER DIREÇÃO”

Paulo Renato Paim, Secretário-Geral da Executiva Nacional da CUT e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, RS opina, nesta entrevista exclusiva, sobre as greves recentes, o desemprego da CUT e outros problemas candentes do movimento sindical.



Zero Hora - arquivo

PERGUNTA — *A greve do ABC foi vitoriosa ou derrotada?*

PAULO RENATO PAIM — Na minha opinião de sindicalista, que sempre procuro transmitir aos trabalhadores de Canoas, toda greve é vitoriosa. De lá sempre se tira um saldo político, que a classe trabalhadora tem que saber captar e, historicamente, no futuro, somar e multiplicar em cima dos novos encaminhamentos. Para mim, a greve do ABC foi vitoriosa pelo ganho político que teve a classe trabalhadora. Devemos ver que a greve tinha como principal reivindicação a redução da jornada de 48 horas para 40 horas semanais. Não era nem o reajuste trimestral. Sobre a redução da jornada, nós, do Rio Grande do Sul, podemos falar com muita propriedade, pois saiu daqui o projeto, da plenária da CUT gaúcha, que posteriormente se transformou em campanha nacional pela redução da jornada. Pelos informes que eu tenho, a greve do ABC, em mais de 200 empresas, obteve acordos em que houve a redução de jornada. Em muitos casos, redução de 48 para 40 horas, em outros de 48 para 44 horas. Mas houve de fato a redução de jornada. Com isso se abre o espaço para toda a classe trabalhadora, que num curto prazo também chegará a essa conquista. Frente a esse aspecto, eu considero a greve vitoriosa.

PERGUNTA — *Sem ressalvas, uma vitória completa ou...?*

PAIM — Não. Tem um outro lado que devemos refletir, com a cabeça muito fria, e se houver crítica sobre o andamento da greve devemos fazer com franqueza. No meu entendimento, houve falha de encaminhamento de parte da CUT, e crítico isso como cutista. O encaminhamento da greve não foi profundamente discutido e articulado a nível nacional. E num país que possui uma Central Única como é a CUT — que cada vez mais cresce no seio dos trabalhadores — esta deveria ter articulado nacionalmente o movimento. Com os diversos sindicatos metalúrgicos, inclusive o de Canoas. E não houve essa discussão por parte da CUT, nem de como levar nem até onde levar a greve e consolidar as duas grandes perspectivas da luta pelas 40 horas semanais e o reajuste trimestral. Esse foi para mim o grande erro da greve. Os nove sindicatos em greve são filiados à CUT paulista, em Belo Horizonte, também, idem no Rio Grande do Sul, Niterói etc... Não houve, portanto, uma discussão com o pólo metalúrgico da CUT visando levar uma luta conjunta. Está mais uma vez provado que o Brasil não é unicamente o pólo do ABC e é dentro da realidade nacional que devemos travar as discussões e conhecer as realidades diferentes de cada Estado. O conhecimento da realidade de cada Estado não quer dizer distanciamento, nem que cada um leve a luta à sua maneira. As lutas

travadas no ABC são lutas que dizem respeito a todos os trabalhadores e isso deve ser friamente analisado pela CUT.

PERGUNTA — *Então a CUT não cumpriu, nesta greve do ABC, um papel de Central Única dos Trabalhadores?*

PAIM — Eu penso que houve falhas. Principalmente porque não se aprofundou uma discussão na direção da Central sobre uma greve histórica da classe trabalhadora. Uma greve que poderia ter uma repercussão muito maior a nível nacional. Na verdade nós expomos o polo mais forte, que é o ABC com os nove sindicatos independentes daquela região, em uma greve que não fluiu naturalmente sobre a direção da CUT. Ela fluiu sobre direções de sindicatos filiados à CUT. Mas a direção política, referencial, a CUT em sua esfera nacional, como de fato deveria ter acontecido, não aconteceu. Nós ainda estamos, queiramos ou não, num sistema muito corporativista, onde alguns tocam a luta entendendo que os outros seguirão atrás. Eu acredito que o movimento não é por aí. Agora temos que sentar e ver como tocar uma luta em conjunto. Para mim, no caso da recente greve, a CUT não foi direção. E discordo de quem diz que a CUT conduziu dentro de suas possibilidades. A CUT lançou as bandeiras nacionais do movimento, mas acabou acontecendo que cada Estado levou a luta segundo seu entendimento. Esse é e foi o maior erro. Não houve uma conjuração de forças a nível nacional.

PERGUNTA — *Havia condições de unidade nacional na greve?*

PAIM — Havia todas as condições para fazer a unidade. Nós mesmo aqui em Canoas, que conseguimos grandes avanços em nossas conquistas, seguimos até onde devíamos segurar. Conseguimos a produtividade inédita de 14,3, que é um ganho também político. Cobram-nos de não ter segurado a greve por mais tempo, mas o fato é que não havia uma articulação nacional...

PERGUNTA — *A CUT, ou setor sindical que dirige a greve, suas lideranças, optou por conduzir a greve apenas como um movimento de desgaste econômico dos patrões, ao invés de abrir uma perspectiva que dirigisse aquela luta como um movimento político. Os patrões entenderam que a greve não era uma simples questão econômica, perderam bilhões, e deram-lhe caráter político. Sobre esta tática, qual é sua opinião?*

PAIM — Devemos fazer algumas reflexões, principalmente pelo momento conjuntural porque passa o país. Os homiões da nova-velha república, pelo mo-

nopólio que mantêm na imprensa, uma imprensa na mão das elites, chegaram a exagerar a dose na morte de Tancredo, criando um clima de constrangimento nacional ao dar Tancredo como salvador da pátria. Todos sabemos que nada mudaria. Essa talvez foi a maior preocupação que houve com os companheiros do grupo independente ao deixar claro que a greve não tinha um cunho amplo, um cunho anti o processo transitório que esta aí. Embora a CUT seja totalmetne contra este processo, desde o Colégio Eleitoral, a preocupação dos companheiros, ao mostrar que a greve era econômica, deve ser vista dentro desta conjuntura. Que a greve era de trabalhadores contra patrões, mas não contra o governo, o poder maior. Agora, no meu entendimento, toda greve tem o seu cunho político. Embora os companheiros do ABC mostrassem o aspecto econômico, nós sabíamos que era uma greve política e econômica. Uma greve que reivindica 40 horas semanais é política, desde a revolução Russa e por toda a história, o cunho político está presente e de maneira muito forte. A opinião pública deve ter percebido que ao se confrontar politicamente o capital e o trabalho reduz-se na prática a importância meramente econômica de uma greve. Uma análise fria leva a concluir que a greve não tinha cunho econômico, tanto lá como aqui em Canoas. Bastavam nos dar as 40 horas semanais e os acordos seriam assinados. Em Canoas, nós queríamos o cumprimento da lei, mais a conquista das 40 horas. No ABC, 390 mil operários, também aceitariam isso. Pois isso geraria milhares de novos empregos a tantos companheiros, e isso seria um enorme ganho social e político. Acredito que a tática de jogar para a imprensa o cunho econômico da greve se deveu ao momento delicado por que passamos. Não tenho outras condições de ver o movimento e analisar sua tática, insisto que o econômico foi só uma capa. A realidade era política.

PERGUNTA — *Se fosse tirar uma lição, uma única lição desta greve, qual lição seria?*

PAIM — O fundamental é entendermos que a CUT é uma central que se implanta, e cada dia que passa é cada vez mais reconhecida pelos trabalhadores. Isso devemos ter como uma realidade. Agora, a CUT, no meu entendimento, em movimentos deste vulto *tem de ser direção*. E não foi direção. Esta é a grande lição que fica. E o sistema corporativista, queiramos ou não queiramos, ainda fez com que companheiros se vergassem a esse sistema de luta. O caso do “meu sindicato”, é o “nosso sindicato”, tocando uma luta histórica, quando quem deveria tocar a luta política, as próprias negociações, teria que ser a Central Única dos Trabalhadores. O erro da CUT foi o de não ser direção, não ser referência e deixar com que os sindicatos fossem a força de referência. Uma direção política deveria passar por dentro da CUT. Esse foi o erro fundamental e a lição que fica: greve deste vulto, que atinge o conjunto dos trabalhadores brasileiros, tem de ter a direção política, a referência maior, dada pela CUT, e não deixar a responsabilidade inteira para os sindicatos. Friso: a CUT não conseguiu unificar o movimento, quer em São Paulo quer a nível nacional.

PERGUNTA — *E a “Nova República”?*

PAIM — A CUT, como porta-voz dos trabalhadores, tem que estar disposta ao diálogo com os dois grandes poderes neste país, hoje: o governo e os patrões, que detêm todo o poder econômico em suas mãos. Uma Central tem que sentar para discutir, até para colocar claramente quais são nossas posições. Isso não quer dizer capitular. Tem gente que entende que a CUT deva dizer “não” e “não” e “não”. Eu acho que a CUT deve sentar e conversar com o governo e empresários, devemos entender que nesta correlação de força nós somos os porta-vozes dos trabalhadores. Muitos me perguntam se a CUT é a oposição ao governo, ao que respondo: A CUT está numa posição de, num primeiro passo, sentar e apresentar suas reivindicações. Agora, se encaminhando como está se encaminhando, a continuidade da velha república via “nova república”, indiscutivelmente a CUT e os trabalhadores passarão a ter posição de oposição a esse governo. A toda política de continuidade, a política da ditadura militar, nossa posição será de combate. A toda política que não tenha a ver com as reivindicações dos trabalhadores. A todo um sistema social, político e econômico que não tenha nada a ver com os trabalhadores.



Solidariedade urgente!

Que estranho destino a a história reserva a homens como o Sr. Ronald Reagan: instigar morticínios e matanças, violar os direitos dos homens e dos povos, e, quem diria, exatamente em nome da liberdade e da fraternidade.

Por certo foi em nome da fraternidade que Reagan minou os portos da Nicarágua. Assim como deve ser talvez para estimular o convívio pacífico entre *nosotros* que envia tropas, fuzis e espiões para rondar as fronteiras nicaraguenhas, ao mesmo tempo que açula aquelas hordas mercenárias dos "contra" e de Honduras, a fim de abalar o governo sandinista. É também com este objetivo que a CIA redige manuais a fim de disseminar a pedagogia da traição e do assassinato. E também deve ser para que retorne a igualdade que Reagan sonha em derrubar os sandinistas e restaurar a sangüinária descendência de Somoza. O cinismo, como se vê, tem uma qualidade: é infinito.

Mas a história também reserva um estranho destino aos homens e mulheres da Nicarágua: tornarem-se amigos da morte, por possuírem uma profunda paixão pela vida, atravessarem seu co-

tidiano em meio à guerra porque ambicionam um futuro em meio à paz.

Somos também partícipes e responsáveis pela construção deste futuro. Nossa solidariedade, se não se concretizar agora e já, no cotidiano do povo da Nicarágua, não poderá jamais ser o cimento deste futuro que temos a ousadia e o gosto de sonhar: os homens unidos na fértil e alegre tarefa de empilhar os tijolos de uma sociedade justa.

Quanta distância nos separa disto? Mas queremos exatamente utilizar o tempo que nos foi dado viver para diminuir esta distância. E preciso, portanto, saber investigar e descobrir atalhos. Saber anunciar clareiras. E enfrentar sem afetação mas também sem assombro aqueles que se comprometeram com manutenção do privilégio, e não vacilar sob o ranger dos dentes e das balas, e saber gritar nossa solidariedade sob o rugir do bombardeio. Saber firmá-la sob a inconstância dos aliados, endurecê-la diante das deserções e desânimos.

Já nos ensinaram que a força material só pode ser abatida pela força material, mas também nos disseram que a idéia

pode transformar-se em força material quando penetra nas massas. E a solidariedade é a mais densa e mais delicada das idéias dos explorados. E preciso, portanto, empenhar-se para transformá-la em força material. E preciso atar as palavras uma a uma, até que este alfabeto forjado com suor e sangue de homens e de povos atravesse as fronteiras geográficas e reúna, na praça geral do internacionalismo, experiências, vontades, gestos corriqueiros, utopias, e mais lucidez e audácia. Neste dia os instrumentos de trabalho se transformarão em armas e as armas em instrumentos de trabalho, e o ódio fertilizado nos seculares territórios da desigualdade e da opressão será um doce sentimento a unir os despossuídos e uma ardente tempestade despenhando-se sobre o poder e os poderosos.

Eis o que nos cabe neste tempo que a história nos legou como propriedade e como herança. Assim como as estradas um dia levaram a Roma, hoje todas as solidariedades conduzem à Nicarágua. Reafirmamos que estamos nessa estrada, empenhados, no sentido de alargá-la e fazê-la andar até mais longe.

NOTAS, NOTAS, NOTAS, NOT

LYRA?

Logo após ter sido escolhido Ministro da Justiça, o sr. Fernando Lyra recebeu o seguinte telegrama de Olinda, PE: "Parabênize escolha Vossa Excelência Ministério da Justiça vq faz nascer novas esperanças esclarecimento prisão et desaparecimento meu filho Fernando Santa Cruz pt espero não tenha mesma postura Ministro Armando Falcão... continuo exigindo resposta onde está meu filho et pedindo punição responsáveis atenciosamente."

Elzita Santa Cruz

Até agora, Fernando Lyra nada fez. Interessante é que quando deputado federal em 1974, na 20ª sessão, no dia 5 de abril, Fernando Lyra pronunciava um discurso cobrando do então Ministro da Justiça Armando Falcão (hoje no PFL e ardoroso defensor da Nova República) providências so-

MR-8 ESCLARECE

A revista *Veja* informa que o Sr. Nelson Chaves, em nome da direção do MR-8, compareceu ao escritório do Gen. Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI para explicar que sua organização não estava por trás das greves em São Paulo. Chaves informou que "o papel do MR-8 é estar junto ao povo", mas "nunca apoiou manobras desestabilizadoras".

Foi perda de tempo do Sr. Chaves: se todo mundo já sabe há muito tempo de que lado está o MR-8, não seria o SNI que iria estar desinformado.

bre dois casos de "violações". O *Diário do Congresso Nacional* registra o pronunciamento que começa assim: "Senhor Presidente, Srs. Deputados, toda vez que viemos à tribuna denunciar fatos ou ocorrências que constituem desrespeito aos direitos da pessoa humana, ficamos sempre na esperança de que seja a última. Mas, infelizmente, sou forçado a voltar ao assunto, uma vez que re-

cebi uma carta datada de ontem denunciando novas violações... "Segue a transcrição da dramática carta onde se denuncia a prisão e o desaparecimento de Eduardo Collier Filho e Fernando Santa Cruz. Assinavam a carta as senhoras Risoleta Meira Collier e Elzita Santa Cruz.

Será que Lyra se sente, ainda hoje, "forçado a voltar ao assunto"?

Campanha Internacional Contra a Dúzia Suja

Dia 5 de junho. DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE. Em mais de 60 países foi lançada a "Campanha Nacional contra a Dúzia Suja" — The Dirty Dozen —, assim chamada porque pretende combater o uso indiscriminado dos 12 mais violentos agrotóxicos que estão a espalhar a deformidade, o horror e a morte pelos países dependentes. Tudo em nome da "livre iniciativa", da agro-química e de um "modelo" agrícola baseado em gigantescas monoculturas estimuladas pelas multinacionais, e desenvolvidas pelas grandes empresas agroindustriais e latifúndios capitalistas.

"Exportar é o que importa". Não importando a destruição, o aniquilamento lento ou a execução sumária da natureza e de vidas humanas.

Nosso objetivo imediato deve ser mobilizar a população para ações efetivas contra a utilização, cada vez mais intensa, dos agrotóxicos. Além disso, é muito importante denunciar as pressões exercidas pelos monopólios dessa área (até agora acolhidas com simpatia pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) contra a aprovação de legislações estaduais que determinam restrições à distribuição

e aplicação destes produtos.

É preciso ampliar este debate, envolvendo o conjunto das entidades ecológicas, populares e democráticas, na perspectiva de criar um movimento nacional que dê respostas firmes a este problema, através das mais variadas formas de luta, entre elas, a formulação e a exigência de que seja aprovada uma Legislação Federal específica sobre a questão.

Divulgue esta lista. Participe do movimento ecológico:

- 1 - DDT;
- 2 - 'DRINS' (Aldrin, Dieldrin, Endrin);
- 3 - CLORDANE HEPTACLORO;
- 4 - LINDANE, GAMMA HCH;
- 5 - PARATION;
- 6 - MONOCROTOSFOS (Azorin Monocron, Novacron);
- 7 - ALOICARB (Temik);
- 8 - CLORDIMEFORM (Galecron, Fundal);
- 9 - 2,4,5-T;
- 10 - EDB, DBCP;
- 11 - PARAQUAT;
- 12 - FUNGICIDAS à base de mercúrio.

Os 100 dias ALFONSIN



22 de abril de 1985. No salão 2065 do Palácio de Justiça em Buenos Aires iniciavam-se os 100 dias do julgamento de 9 generais argentinos. A acusação: o assassinato de 10 mil pessoas — número que extra-oficialmente chega a 30 mil. Na Praça Lavalle, do lado de fora do tribunal, milhares de pessoas — tendo a frente as Mães da Praça de Maio — entre faixas, cartazes e palavras de ordem exigiam o castigo para todos os culpados. No banco das testemunhas, as 1.800 pessoas arroladas pelo promotor Júlio César Strassera, começaram a desfilar os horrores cometidos em 7 anos de ditadura militar bem como o nome de centenas de homens e mulheres sem os quais assassinatos, torturas e desaparecimentos não seriam possíveis. Enquanto isso no 2º andar da U-22 um presídio civil de Buenos Aires, os 9 acusados começam a trocar socos, e, nos quartéis do país, notórios torturadores continuam tranquilamente sua carreira militar. No meio disso tudo, um homem: Raul Alfonsín.

Ao assumir o poder em 1983 depois de uma intensa campanha política onde a tônica foram as promessas de punição aos culpados pelo genocídio, Alfonsín chegava a Casa Rosada e a uma encruzilhada. De um lado uma população que por sete anos viveu sob o signo do terror, vendo famílias inteiras desaparecerem sem deixar vestígios. Vendo militares enriquecerem com os saques efetuados nas casas dos escolhidos para “desaparecer”. Em 1978 três conhecidos sequestradores da Escola de Mecânica da Marinha abriram uma empresa imobiliária para vender propriedades tomadas a sequestrados que foram em seguida assassinados. Essa população, de órfãos e viúvas, pedia a Alfonsín a apuração e punição de todos esses crimes.

Do outro lado estavam as Forças Armadas convencidas de que haviam participado de uma “guerra contra a subversão” onde o aniquilamento do inimigo estava plenamente justificado. O próprio ex-comandante do exército do governo Alfonsín, apontado como modelo de militar e democrata sintetizou numa frase essa visão: “Isto é um Nuremberg às avessas. Lá foram julgados os vencidos e aqui se julgarão os vencedores”.

Para o presidente eleito da Argentina “os militares se diferenciam em três categorias, os que deram as ordens para a repressão ilegal, os que se limitaram a cumprí-las e os que se excederam no cumprimento dessas ordens”. A utilização desse argumento não é uma invenção argentina. O princípio da “obediência devida” foi o pretexto com que milhares

de nazistas responsáveis por crimes de guerra pretenderam salvar-se do castigo. Para Alfonsín “os que se limitaram a cometer os crimes que os altos comandos ordenaram não devem ser castigados”.

Aí estão incluídos os homens que no dia 4 de fevereiro de 77 sequestraram Adriana Calvo de Laborde. Adriana estava grávida deu a luz a sua filha num campo de concentração onde estava sendo torturada. Estão incluídos também na definição de Alfonsín os homens que mataram na tortura ginásios com idades entre 14 e 17 anos. Os homens que sequestraram Eduardo Sajon, ex-porta voz do general Lanusse, colocaram-no deitado sobre uma mesa de bilhar, na cantina dos oficiais da Escola de Polícia Juan Yucetich e ali o electrocutaram.

O governo Alfonsín decidiu inicialmente enviar essas causas para tribunais militares. O que aconteceu não foi nenhuma surpresa. Das mais de 400 causas enviadas a Tribunais militares, sequer uma foi apurada. Mas as pressões continuavam. Os movimentos de direitos humanos exigiam de Alfonsín a criação de uma Comissão Bicameral com amplos poderes para investigar os crimes repressivos e seus autores. O governo então criou a Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) mas retirou-lhe os poderes para investigar a fundo. Ao mesmo tempo se decidiu pelo julgamento dos 9 generais componentes das 3 juntas militares que governaram o país no período de 76 a 83.

Era o princípio da “obediência devida” em ação.

Porém, enquanto isso as Mães da Praça de Mayo colocavam outros princípios em ação. No dia 21 de março de 1985 realizaram uma passeata que terminou com um milhão de pessoas em frente a Casa Rosada exigindo julgamento e castigo para todos os envolvidos nos crimes de repressão.

Enquanto isso o Conselho Supremo das Forças Armadas, órgão encarregado de julgar os comandantes, considerou que as ordens dadas para repressão haviam sido legais, não havendo, portanto motivos para nenhum julgamento a única saída foi passar as causas para Justiça Civil. Contudo, ainda não era desta vez. O julgamento, mesmo na Justiça Civil, deveria ser conduzido segundo o princípio abraçado por Alfonsín e pelas Forças Armadas. Punição apenas para quem dera as ordens, os demais, os executores, continuariam de fora, desfrutando uma cômoda impunidade. Mesmo porque a sutil distinção entre “os que se limitaram a cumprir as ordens e os que cometeram excessos”, na prática, torna-se ainda mais sutil, vale dizer, difícil de ser deduzida.

O exemplo mais nítido destas dificuldades, talvez seja o célebre caso Astiz. Alfredo Astiz, um jovem tenente da Marinha Argentina, conhecido também como “Anjo Loiro” tem uma longa lista de “trabalhos” realizados a serviço do “combate à subversão”. Desde o se-

questro da fundadora das Mães da Praça de Mayo, Azucena de De Vicenti, a organização de um centro de operações em Paris, a fim de infiltrar espíões e reprimir os grupos de exilados argentinos, passando pelo sequestro das monjas francesas, Alice Domon e Leonie Duquet, até chegar ao sequestro de uma jovem sueca de 17 anos, Dagmar Hagellin. E, como se define tudo isto: como o “restrito cumprimento de ordens” ou como “excessos”? As Forças Armadas não têm dúvidas sobre a definição:

“O caso Astiz é o caso típico de um oficial de baixa hierarquia que cumpriu ordens na luta contra o terrorismo”. E neste ímpeto não hesitam em classificar a Dagmar como “uma perigosa guerrilheira”.

As instituições de Direitos Humanos e os advogados empenhados no esclarecimento dos casos, obviamente, não aceitam tais argumentos e inclinam-se pela interpretação dada a fatos como estes pelo próprio Tribunal de Nuremberg. Lá o princípio da “obediência devida” foi considerado apenas um atenuante, jamais um determinante para definir as punições dos culpados. “Ao mesmo tempo, dizem eles, mesmo admitindo tal princípio, o mínimo que seria de se esperar é que os réus se apresentassem ao Tribunal, reconhecessem os delitos e revelassem a origem das ordens recebidas”. Até o momento não houve um caso destes.

A partir do dia 22 de abril, desde que a primeira testemunha de acusação ocupou a cadeira do Tribunal, as teses e princípios que vêm sendo defendidas em conjunto, tanto por Alfonsín como pelas Forças Armadas, começam a fazer água por todos os lados. A cada testemunho surgem não dezenas, mas centenas de culpados. Muitos e muitos ligados a esta “baixa hierarquia” que, segundo se afirma, “limitou-se a cumprir ordens”.

Não é a toa, pois, que o governo argentino venha tentando acelerar os julgamentos. Os 100 dias de julgamento podem, finalmente, demonstrar aquilo já vem sendo denunciado há algum tempo: não foram apenas “alguns” que se envolveram na repressão, mas o conjunto das Forças Armadas argentinas”. O que leva à conclusão de que, no mínimo, seus atuais comandantes e subalternos se não participaram da “guerra”, deixaram que ela se desenvolvesse diante de seus olhos omissos. E é exatamente esta conclusão que se pretende evitar. Caso contrário, esses 100 dias que se já são poucos para revelar toda a verdade podem ser demais para o governo Alfonsín.

A Igreja Católica marcha para a crise. No horizonte pode-se vislumbrar perfeitamente seus contornos. Os contornos de uma tempestade. De um lado, encontra-se a Igreja Tradicional aferrada às velhas práticas e ao intimismo teológico, indentificada com a cúria papal que só fez concessões aparentes ao Concílio Vaticano II. Do outro, emerge uma outra Igreja que não ousaria chamar de "Nova", mas que predica uma radical transformação na prática evangelizadora, voltada para os pobres e seus interesses. Poderá a Casa de Deus suportar intra muros, por muito tempo, uma aberta cisão entre seus moradores? Não estaria ocorrendo um novo cisma ou a ameaça de uma nova reforma?

O problema que agora aflora com a emergência da Teologia da Libertação de certa forma só espanta os contemporâneos. Para o estudioso da história da Igreja, esta luta com que agora nos deparamos é, de certa forma, a versão mais recente de uma luta, já mais que milenar, entre a Igreja Instituição e o poderoso apelo igualitário do Cristianismo. A luta entre o Cristianismo, tornado Autoridade e o Cristianismo Mensagem, o conflito entre uma idéia milenarista de profundo fervor igualitário que se choca com as realidades terrestres do Poder e da Matéria. Haveria pois uma tensão quase que permanente entre aquilo que Frei Leonardo Boff denomina de o Poder e o Carisma. Ao longo da história da Igreja Cristã, esta tensão sempre foi resolvida a favor da Igreja Poder que contava a seu favor com os aparamentos do Dogma e da Autoridade e que podia mobilizar recursos seculares (tais como dinheiro, soldados e armas) para sufocar a heresia ou o reformismo perigoso. Mas as tensões sociais volta e meia faziam e fazem com que a Igreja volte a ser sacudida pela presença igualitária de Cristo e novamente a autoridade papal é reivindicada para sufocá-la.

Assim se deu com os valdenses e com as cátaros nos tempos da Alta Idade Média, assim se deu com os hussitas na Europa Central e com os anabatistas na Alemanha. Todos são exemplos de furor plebeu que interpretavam Cristo não como Autoridade, mas como o pregador igualitário do Sermão da Montanha. Aquele Cristo que vem a anunciar a boa nova, de que os pobres serão redimidos e os ricos arderão no fogo do Inferno.

Agora, este fervor igualitário subjacente ao Cristianismo se projeta na Teologia da Libertação, que é a expressão religiosa das massas exploradas e barbarizadas do Terceiro Mundo. Mas antes de tentarmos fixar seus pontos básicos, é necessário descrever a situação histórica e social que proporcionou sua florescência.

A expansão do Cristianismo e da Igreja Católica pelo Terceiro Mundo estava intimamente vinculada à expansão do colonialismo e do imperialismo europeu. Missões evangelizadoras foram utilizadas para quebrar o suporte cultural das populações dominadas. O padre e o pastor destruíram o pajé ou xamã, e a espada de Cristo espantou as figuras mágicas do fetichismo e do animismo. A ardorosa defesa que o padre Bartolomeu de las Casas fez em favor dos indígenas não evitou em nenhum momento que fossem dizimados ou reduzidos a uma forma especial de servidão — a encomienda. Nem muito menos atenuou o cativo dos africanos arrancados de suas aldeias, enfiados em barcos negreiros ao som soturno da chibata. A tudo isto a Igreja Poder assistiu impassível. Tudo parecia crer que a submissão do índio e do negro ao branco dominador era manifestação da vontade de Deus. Assim a palavra do Cristo emancipador transformou-se na vontade de um Cristo conquistador. As mansas frases de Jesus haviam se transformado em açoite, e a máxima "Ou crê ou morre" deixou de ser exclusivamente muçulmana.

A partir de 1945, com o colapso geral das forças colonialistas, provocado pelos resultados desastrosos da Segunda Guerra Mundial, finalmente a expansão cristã começou a refluir. Pode-se afirmar, sem margem de erro, que foi a primeira vez desde os tempos das Cruzadas do século XI que a capacidade de conversão e evangelização do Cristianismo começou a fenececer. Este é o roteiro, digamos à moda de Fernand Braudel, de "longa duração" do declínio da Igreja Poder identificada com a colonização de boa parte do mundo pelas potências mercantis e industriais da Europa.

Mas 1945 representou também outra coisa. Foi a vitória das forças materialistas e consumistas representadas pelos Estados Unidos e seus aliados. Se, por um lado, a política externa norte-americana resolveu estimular o espírito religioso para contrapô-lo ao ateísmo dos soviéticos, e simultaneamente, agir como o portavoiz dos valores Ocidentais e cristãos, isto não impediu que o tipo de sociedade proposto pelos norte-americanos eliminasse na prática qualquer transcendência à vida consumista que o american way of life reproduz como valor universal.

A nova sociedade capitalista que se torna hegemônica no após-guerra laicizou e mercantilizou completamente as relações humanas. Seu único pecado é ir à falência, seu único termo é não poder saldar uma prestação em atraso. O paraíso é comprar máquinas enlatadas, o inferno é não poder consumi-lo.

A Igreja se viu assediada por todos os lados. O padre confessor deu lugar ao psiquiatra ou ao psicólogo. O pedagogo eclesiástico cedeu seu espaço para o burocrata escolar e para o batalhão de professores arregimentados pela escola pública, leiga e gratuita. A freira hospitalária e a irmã de caridade viram-se substituídas pela assistente social ou pela enfermeira graduada. Todas as bandeiras da antiga igreja, tais como a defesa da monogamia perpétua, a proibição de relações sexuais pré-matrimoniais e a condenação do aborto têm sido sepultadas pela proliferação de leis do divórcio, pela pílula anticoncepcional e pelo avanço do feminismo. Os feriados religiosos caem no olvido, enquanto avultam as datas cívicas e as festas seculares se impõem cada vez mais no calendário ocidental. E, sejamos sinceros, as grandes datas da cristandade como o Natal ou a Páscoa não passam hoje de acessórios para dinamizar os departamentos de venda dos grandes magazines e forrar os bolsos dos comerciantes (que desta forma provam seu espírito de vingança a Cristo por ele os ter posto para fora do Templo em Jerusalém).

Perante este verdadeiro assalto aos antigos bastiões da moralidade e das instituições religiosas, a Igreja Tradicional foi obrigada a recuar e se fazer despir da sotaina e do hábito religioso. As próprias burguesias terceiro-mundistas, neocolonizadas pela expansão norte-americana, terminaram por se afastar da Igreja Tradicional. Seduzidas completamente pela materialidade e pela doçura do viver consumista, apartam-se da anacrônica retórica moralista dos velhos clérigos (apesar de apoiá-los politicamente). Num espaço muito curto de tempo, o tradicional padre confessor da família passou a encontrar cada vez mais as portas fechadas para as suas prêdicas e o célebre almoço dominical onde o melhor pedaço do frango lhe era reservado, hoje faz parte da lenda ou do anedotário.

Ameaçada pela inevitável progressão do Estado nos campos da educação, da saúde, da previdência social, etc., que se soma com a completa laicização da sociedade civil e pela descrença generalizada do homem moderno no transcendente, que restou para a Igreja? Viver pela força da inércia e da tradição ou voltar-se para as grandes causas da defesa dos despossuídos?

No dialético movimento inspirado pela crítica à teologia tradicional, a teologia do Terceiro Mundo começa a afirmar suas posições por meio daquilo que segundo Galileu denominou espiritualidade da libertação, calcada em cinco intuições: a) a conversão a Deus passa também pela comunhão com o irmão; b) a história da salvação está intimamente ligada com a história da libertação dos pobres; c) os compromissos da libertação são uma antecipação do reino de Deus; d) a práxis da libertação é forma histórica do exercício da caridade; e) é possível uma leitura "latino-americana" das bem-aventuranças, uma leitura feita pelos pobres em um continente de pobres.

Seus principais expoentes começaram a proliferar pelas Américas, tais como o peruano Gustavo Gutiérrez, os mexicanos Raúl Vidales e Luís G. del Valle, os argentinos Enrique Dissel, Juan Carlos Scannonne e José Miguez Bonino, o uruguaio Juan Luis Segundo e os brasileiros Hugo Hassmann e Leonardo Boff. Mas eles não têm se limitado a produzir textos. A nova postura da Igreja tem-lhes provocado pesadas baixas. Nos últimos anos, centenas e centenas de sacerdotes têm sido presos, torturados, expulsos ou assassinados pelas forças de um latifúndio perplexo. Assustado também se encontra o Vaticano, a corte curial que insiste em afirmar que a defesa do pobre é a do pobre... de espírito, não do desvalido material. E acionando mecanismos arcaicos como o Tribunal da Congregação da Fé, tenta evitar a perda da hegemonia ideológica sobre os teólogos da libertação.

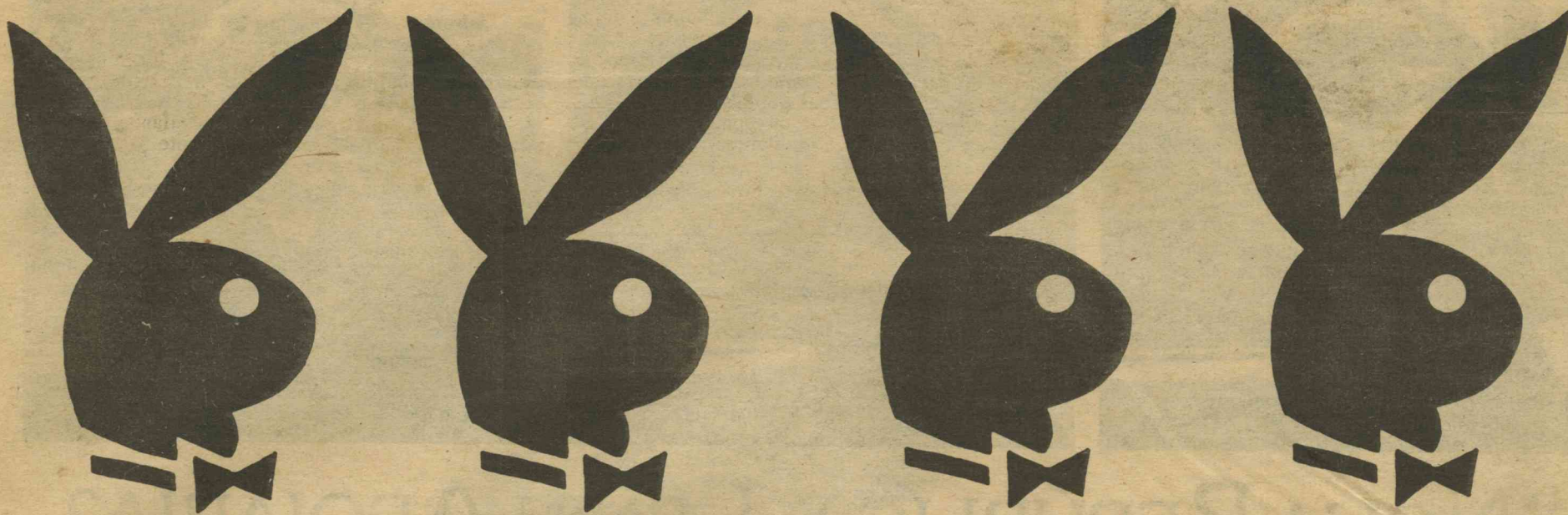
A situação é deveras delicada. Aceitar a interpretação proposta pelos teólogos terceiro-mundistas de que o novo ponto de reflexão "é a luta dos pobres e dos oprimidos contra todas as formas de injustiça e dominação" como afirmou Enrique Dissel, é fazer com que todo o aparato clerical seja jogado numa luta política de efeitos desastrosos sob o ponto de vista da instituição. Por outro lado, afirmar a necessidade da repressão sobre a teologia terceiro-mundista, na expectativa de voltar a enquadrá-la nos moldes da teologia tradicional, é fazer afastar da Igreja sua parte mais arrojada e dinâmica, os jovens missionários que estão profundamente empenhados nas causas populares e que são a verdadeira seiva da Igreja latino-americana. Reduzi-los a esta altura dos acontecimentos ao quietismo é provocar um cisma ou uma nova reforma; nenhuma dessas alternativas é conveniente para uma instituição milenar e que diz ser a representante do tolerante Jesus Cristo. □

Voltaire Schilling



A IGREJA ENTRE O CISMA E A REFORMA?

"Repito-te, amanhã, a um sinal meu, verás aquele rebanho dócil trazer carvões acesos para a fogueira a que subirás, todos a fogueira, por teres vindo estorvar nossa obra. Porque, se alguém mereceu mais que foste tu. Amanhã, queimar-te-ei." (do Grande Inquisidor a Cristo). Dostoiévski — Os Irmãos Karamázovi. Livro V., cap. V.



Sexo é coisa da burguesia

Sergio Weigert

Implícita e muitas vezes explicitamente a esquerda sempre respondeu à pergunta formulada no título de forma afirmativa: sim, sexo é coisa da burguesia. Tudo se passava (e se passa) como se o capitalismo houvesse "inventado" a sexualidade exatamente para desviar atenção dos revolucionários e das massas das questões políticas. Como consequência temos que: "não podemos nos preocupar com 'estas coisas', porque isto seria exatamente fazer o jogo do inimigo".

Ironicamente, esta tese tem um parentesco muito próximo com os argumentos da Igreja Católica a fim de impedir o matrimônio dos seus sacerdotes: ao casar-se eles tenderiam a desviar sua devoção da causa que abraçaram. Troque-se o devotamento à causa divina pela da revolução e o resultado é o mesmo.

No entanto, identidades cômicas à parte, esta maneira de encarar o problema revela, de imediato, um equívoco e uma confusão. O equívoco reside no fato de que a ideologia burguesa não é uma "falsidade" absoluta, criada a partir do nada, e que pelo puro "roldão" dos meios de comunicação é "enfiada" na cabeça das massas.

Não está se pretendendo minimizar a máquina ideológica da burguesia e seu poder de convencimento — neste tempo "global", quem se atreveria a isto? — mas apenas assinalar que a ideologia burguesa, na maioria das vezes, parte de questões reais, que preocupam aos homens e que dizem respeito a suas vidas para então passar a sua visão de classe. Neste sentido, a burguesia não inventou o interesse pela sexualidade. Este faz parte da nossa própria história: que o digam o Kama Sutra e toda a arte erótica que nossos ancestrais nos legaram. Também eles estavam preocupados em desviar os interesses dos dominados dos problemas políticos e revolucionários?

"PERNICIOSOS EQUÍVOCOS"

Assinalado o equívoco teórico, abordemos as consequências políticas e ideológicas. Na verdade, ao supor que a preocupação com a sexualidade é um problema burguês e que apenas as questões estritamente políticas interessam e todas as demais não passam de "perniciosos desvios", a esquerda termina por confundir a *centralidade* da luta (que sem dúvida está na política, pelo simples fato de que sem derrubar o poder político da burguesia não chegaremos a lugar nenhum) com a *totalidade* da luta. A partir daí, tudo que não for diretamente político fica mergulhado num limbo. E neste limbo a burguesia deita, rola e constrói sua própria ideologia. Entope os cinemas de pornochanchadas, as bancas de jornais de publicações ditas eróticas e transforma, no varejo e no atacado, a imagem da mulher na mais propagada das mercadorias. Tudo isto sob o mais alto dos nossos silêncios ou os nossos mais carrancudos resmungos contra o "cérebro depravado do capi-

tal". E silêncios e resmungos não dão, não deram e não darão conta da envergadura desta luta. É necessário que tomemos a centralidade política das lutas atuais, mas é absurdo que continuemos esquecendo as dimensões múltiplas que compõem a totalidade destas lutas. Dimensões que se sintetizam na ideologia e na filosofia e que se expressam também na política mas que não podem ser reduzidas a esta última, sob pena de continuarmos semeando "limbos" onde "os demônios depravados do capital" irão construindo seus "infernôs". Não tenhamos dúvidas: sobre os nossos silêncios e os nossos resmungos, sobre nossas idéias de que esta é uma "coisa" burguesa, logo, "desviacionista", a burguesia irá construindo e solidificando a sua visão da sexualidade humana.

O ESTATUTO DA SEXUALIDADE

E qual é esta visão?

Na verdade, é muito simples: trata-se, nada mais nada menos, do que "delegar" à sexualidade um estatuto que ela não tem, e que a própria vida lhe nega. Em síntese: elevá-la a determinante *único* da vida dos homens, diante do qual todos os demais desaparecem. No entanto, sabemos todos, a sexualidade é apenas uma das dimensões que compõem a complexidade do existir humano. Mas quando esta dimensão submerge e submete a todas as outras o que resulta disto é necessariamente um homem distorcido. O nosso destino parece ser apenas o de perseguir a felicidade dos instintos. O império dos sentidos passa a ser o império dos impérios. E deste pântano emergimos estranhamente próximos ao reino animal. De fato, apenas os animais são guiados pela cegueira do instinto. No reino da natureza a felicidade é medida pela satisfação dos instintos. Que radical empobrecimento fariamos da felicidade se fôssemos tomar este critério para medir a sua realização no reino dos homens. Os animais, por exemplo, não amam. O amor é atributo dos homens. E a história das suas relações amorosas é também a história do esforço para construir uma sexualidade que, obviamente, sem negar o instinto busca humanizar-se mais e mais; tornando, portanto, mais complexas, mais integrais e mais livres as próprias relações sexuais e o prazer que delas se extrai.

A concepção da burguesia sobre a sexualidade caminha exatamente no sentido oposto: simplifica, desintegra e aprisiona as relações sexuais, limitando grosseiramente o prazer que delas podemos extrair.

Para enfrentar revolucionariamente esta questão só nos resta partir de duas afirmações. A primeira, é a de que "nada que é humano nos é estranho", e a segunda, é a de que a realidade (e a construção da felicidade individual e coletiva) é uma síntese de múltiplas determinações. Que incidência podem ter estas duas frases no assunto que estamos abordando? A primeira leva à conclusão, quase óbvia, de que

não podemos nos negar a enfrentar nenhuma das questões que preocupam os homens do nosso tempo e que, por certo, preocuparão aqueles que descenderão da nossa época.



UMA NOVA MORAL SEXUAL

Não há fração da realidade que não devamos abordar, não há limbo que devamos deixar fertilizar, não há penumbras (senão talvez as necessárias ao amor) que devamos deixar sem iluminar. A concepção burguesa que fragmenta as relações amorosas e tenta cristalizar tudo numa sexualidade, por sua vez, também fragmentada, devemos opor a nossa concepção que vê a sexualidade como um dos momentos importantes da construção da felicidade humana mas que se recusa a conformá-la aos seus limites. E aí podemos levar até as últimas consequências a outra afirmação: se o real é uma síntese de múltiplas determinações, conhecer e construí-lo implica, portanto, em conceber estas determinações nas suas exatas dimensões, sem o que altera-se a hierarquia do real. A busca da felicidade, mesmo a sexual, também tem seus pesos e medidas. Pesos e medidas que se não compreendidos podem fazer com que andemos vários passos na direção do reino da animalidade e a nos constituirmos como potenciais súditos do instinto: ou, o que não é o mesmo, mas dá no mesmo: a sermos coniventes com o pequeno filisteu que constrói uma muralha da China entre a sua vida pública e a particular.

Em síntese: uma concepção revolucionária sobre a sexualidade não pode fazer-nos retornar na história e nos enfiar novamente entre as hordas das cavernas, nem reproduzir os preconceitos e o cinismo daquele filisteu de que falamos acima: o mesmo que encabeça manifestos e passeatas em defesa dos bons costumes e da moralidade pública — à luz do sol; enquanto, pela noite, escorrega reptício entre as casas de "má fama" a fim de satisfazer seus inconfessados anseios.

Precisamos avançar até uma concepção sobre a sexualidade que não hesite em denunciar tudo isto, ao mesmo tempo que busque ir construindo uma nova moral sexual. Os primeiros passos nesta trajetória, talvez, sejam reconhecermos que a sexualidade não é uma coisa da burguesia, mas uma dimensão importante da construção da felicidade humana, e, portanto, de forma alguma estranha a nós.



“NOVA REPÚBLICA: LÊNIN APOIARIA?”

Adelmo Genro Filho

Ao contrário do que ainda insistem alguns, a “Nova República” não é apenas uma campanha publicitária veiculada pela Rede Globo e patrocinada por alguns cérebros maquiavélicos. Trata-se, de fato, de uma mudança real nas relações de classe, uma transformação significativa no modo de articulação do domínio burguês em nosso país. É natural, portanto, que a propaganda ideológica visando legitimar as bases políticas e jurídicas do novo regime seja uma preocupação estratégica das classes dominantes. Mas o problema é mais complexo, já que houve um amplo movimento político das chamadas “classes médias”, que faziam oposição ao regime militar na perspectiva do liberalismo, no sentido de uma adesão ativa ou passiva ao projeto de rearticulação burguesa da “Nova República”. Desse modo, reconciliaram-se com o Estado burguês, através de sua nova face, e foram plenamente cooptados pelas suas propostas de democratização controlada e limitada.

Nesse contexto, dada a tradição reformista da esquerda tradicional e a imaturidade do movimento operário em nosso país, não é de estranhar o papel importante (em favor da burguesia) que estão cumprindo organizações como o PCB e o PC do B, através do apoio ao governo Sarney. Como já disse Florestan Fernandes: “É desse jogo sujo que se precisa sair. Muitos intelectuais e políticos da ‘esquerda’ — antigas vítimas da ditadura, lutadores de proa nas décadas de sessenta e do início dos setenta e grandes esperanças do radicalismo democrático e do socialismo — aderiram a esse jogo, sem rebuços. O mesmo acontece com organizações e entidades políticas que deveriam ser proletárias e se mostram ‘aliancistas’.” (Folha de S. Paulo-11/03/85).

O pior de tudo é que a sustentação política da “Nova República” se faz, em muitos casos, em nome do socialismo, do marxismo e até do leninismo. Lênin, certamente, não foi a única liderança internacional do proletariado que legou uma obra teórica e política de grande importância para o movimento operário e o socialista. Mas foi, sem dúvida, o mais capaz entre todos eles. A expressão “marxismo-leninismo”, em que pese a conotação dogmática que lhe foi atribuída pelo stalinismo, indica uma linha efetiva de continuidade em termos do marxismo como concepção revolucionária distinguindo-se das falsificações e “domesticações” que são produzidas e reproduzidas constantemente pelos reformistas.

Assim, colocar a questão indicada no título deste artigo não significa partir do princípio religioso de que Lênin esteve sempre certo, e que bastaria fazer uma “leitura” adequada dos “textos sagrados” para que pudéssemos encontrar todas as respostas. Grande parte dos marxistas, infelizmente para o socialismo contemporâneo, pensam realmente deste modo. Mas de nossa parte, perguntar se “Lênin apoiaria a Nova República?”, implica apenas reconhecer duas coisas essenciais: primeiro, que há uma *praxis leninista*, uma experiência revolucionária de participação política do proletariado, a qual deve ser tomada em seu conjunto como referência teórica universal da luta pe-

lo socialismo; segundo, as contribuições de Lênin são falsificadas, dogmatizadas ou desprezadas em seus aspectos básicos para apresentá-lo como um “democrata vulgar” que não soubesse distinguir e denunciar vigorosamente o caráter de classe da democracia burguesa. Logo, perguntar por uma suposta posição de Lênin hoje, no Brasil, ao invés de um simples exercício metafísico ou de uma alegoria sem sentido prático, é indagar qual deve ser a posição daqueles que se colocam realmente na perspectiva da revolução proletária e do socialismo, denunciando ao mesmo tempo as tergiversações que são feitas em torno do leninismo.

Desde 1905, quando escreveu “Duas Táticas”, Lênin demonstrou um aspecto particularmente importante de seu método de análise política: as classes sociais não são entidades congeladas, cujas determinações políticas possam ser apreendidas de forma genérica. Ao contrário, elas se definem em função do momento histórico concreto e pela totalidade de suas relações de força com todas as demais. Embora nessa época Lênin concebesse uma certa distinção de etapas da revolução russa, o que de fato ocorreu em 1917, ele percebe que a burguesia não teria condições de hegemonizar mesmo a conquista das liberdades democrático-burguesas. Ele não propunha, nessas circunstâncias, que o proletariado deveria limitar-se a apoiar a burguesia, sem assustá-la com o socialismo ou com greves. Essa proposta era a dos mencheviques, não de Lênin e dos bolcheviques. Quer dizer, mesmo reconhecendo que estava em curso uma revolução burguesa, que se opunha historicamente ao czarismo e à aristocracia — e na qual a burguesia tinha interesses objetivos, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde ela está no poder e busca apenas mantê-lo. Lênin não deduzia que simplesmente era preciso apoiar a burguesia, considerando que as transformações que seu domínio implicava, já seriam um avanço. Esse tipo de raciocínio político mesquinho, de mercadejar no varejo os interesses proletários nunca foi próprio de Lênin.

Quando em 1914 a II Internacional aderiu à guerra imperialista, pelo apoio da maioria de seus partidos às burguesias dos respectivos países, Lênin rompeu radicalmente com Kautsky. Depois da Revolução russa, em 1918, Kautsky escreveu um livro no qual atacava violentamente o Estado soviético. Lênin respondeu numa obra que se tornou uma referência clássica sobre o conceito marxista de democracia. Ele aponta que, por trás das acusações do líder reformista *chauvinista* da II Internacional, estão os conceitos abstratos de “democracia em geral” e de “ditadura em geral”, que são os pressupostos teóricos do enfoque jurídico-formalista que caracteriza o liberalismo burguês. Ora, somente a ilusão de que saímos de uma “ditadura em geral” para uma “democracia em geral” justifica o apoio que amplos setores “de esquerda” oferecem ao regime da “Nova República”. Embora Lênin tenha acentuado, mais de uma vez, que o regime político pelo qual se dá a dominação não é indiferente ao proletariado, nunca afirmou nem poderia ter afirmado que é preciso apoiar, mesmo por um minuto, o inimigo de classe instalado no Estado quando ele muda sua forma de dominação.

Em 1917, após a Revolução de Fevereiro, nas *Cartas de longe* e depois nas *Teses de Abril*, Lênin deixa

claro que não se trata de apoiar o governo do inimigo, mesmo quando ele representa um avanço em relação a situação anterior. Nas *Cartas de longe*, endereçadas em março, da Suíça, para o Comitê Central Bolchevique, ele define sua proposta de não apoiar o governo provisório e de levar adiante o poder dos soviets, de pedir armamento dos trabalhadores, e organizar uma milícia popular. É claro que se tratava de uma situação revolucionária que inexistia no Brasil de hoje. No entanto, não foi devido à situação revolucionária que ele propunha ao proletariado ficar na oposição ao governo de Kerensky. Em 1920, quando escreveu o *Esquerdismo...*, buscando generalizar as lições da revolução bolchevique também para os momentos relativamente “pacíficos” da luta de classes, Lênin defendia que, mesmo participando das instituições burguesas, os revolucionários deveriam explicar paciente e o conteúdo de classe da democracia burguesa, de suas eleições e parlamentos. Quer dizer, para inverter uma correlação de forças desfavorável e ganhar ideológica e politicamente a maioria dos operários era preciso situar-se numa oposição extrema ao regime burguês, e nunca apoiar a burguesia para “manter e aprofundar” as liberdades democráticas vigentes.

Nas Teses apresentadas no I Congresso da Internacional Comunista, em março de 1919, Lênin afirma:

Ao demonstrar o caráter de classe da civilização burguesa, da democracia burguesa, do parlamentarismo burguês, todos os socialistas exprimiram esta idéia, formulada da maneira mais científica por Marx e Engels, a saber: a mais democrática das repúblicas burguesas não é outra coisa senão uma máquina que permite à burguesia oprimir a classe operária e a um punhado de capitalistas esmagar as massas trabalhadoras”.

E não há dúvidas que o projeto da burguesia no Brasil não é sequer a sombra da “mais democrática das repúblicas burguesas”, mas, ao contrário, visa legitimar uma democracia dos monopólios e para os monopólios. Um regime que exerça uma “repressão oficial” sobre os operários e as camadas populares mais combativas. Uma democracia que, utilizando-se dos políticos liberais e da “esquerda” reformista, saiba dosar com precisão a cooptação de amplas camadas populares com a repressão discriminada, para manter os mesmos compromissos econômicos e níveis semelhantes de exploração dos trabalhadores do campo e da cidade.

Na verdade, é óbvio que Lênin, no Brasil de hoje, estaria na oposição, denunciando a “Nova República”, seu caráter de classe burguês-monopolista, seus compromissos de subserviência ao capital internacional e caráter absolutamente limitado e formal de suas propostas “democratizantes”. Como é igualmente óbvio que qualquer socialista honrado ou mesmo um democrata consequente deve, hoje, estar na oposição. Portanto, falar em nome do comunismo, do marxismo e do leninismo para propor ao proletariado e aos setores mais avançados da população um compromisso de fidelidade à “Nova República” e o apoio ao governo Sarney, não significa apenas um erro tático de avaliação da conjuntura. Trata-se realmente, de espezinhar os ensinamentos mais elementares do marxismo e as experiências mais fundamentais da luta operária.